

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HENRIQUE PIGOZZO DA SILVA

**A GUERRA FRIA INTERAMERICANA:
O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA DEPOSIÇÃO DE SALVADOR ALLENDE
E NA ESTABILIZAÇÃO DO NOVO REGIME NO CHILE (1973)**

Porto Alegre

2017

HENRIQUE PIGOZZO DA SILVA

**A GUERRA FRIA INTERAMERICANA:
O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA DEPOSIÇÃO DE SALVADOR ALLENDE
E NA ESTABILIZAÇÃO DO NOVO REGIME NO CHILE (1973)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Henrique Pigozzo da
A Guerra Fria interamericana: o envolvimento brasileiro na deposição de Salvador Allende e na estabilização do novo regime no Chile (1973) / Henrique Pigozzo da Silva. -- 2017.
50 f.
Orientador: Carlos Schmidt Arturi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. América Latina. 2. Relações Internacionais. 3. Guerra Fria. 4. Brasil. 5. Chile. I. Arturi, Carlos Schmidt, orient. II. Título.

HENRIQUE PIGOZZO DA SILVA

**O BRASIL NA GUERRA FRIA INTERAMERICANA:
O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA DERRUBADA DE SALVADOR ALLENDE
E NA ESTABILIZAÇÃO DO REGIME DE AUGUSTO PINOCHET**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
UFRGS

À minha família, em especial à minha mãe. Sem sua dedicação, exemplo e perseverança, minha breve jornada até aqui se provaria impossível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Brasil e ao Rio Grande do Sul pelo investimento na minha educação superior gratuita, pública e de qualidade, algo ainda fora do alcance da maioria da população brasileira. O ambiente da universidade excedeu todas as minhas expectativas quanto às oportunidades para meu desenvolvimento profissional e pessoal. Agradeço aos professores e funcionários (do quadro e terceirizados) da Faculdade de Ciências Econômicas, que todos os dias se empenham para a construção coletiva de conhecimento e orientação dos alunos dos cursos da FCE, apesar de todas as dificuldades estruturais e conjunturais vivenciadas cotidianamente. Em especial, agradeço ao professor Carlos Schmidt Arturi, meu orientador por três anos, que em momento algum hesitou em compartilhar toda sua experiência e conhecimento, bem como por seu zelo, paciência e por jamais deixar de acreditar em meu potencial.

Agradeço aos meus colegas de curso, que ao longo desses anos proporcionaram um ambiente favorável para nosso desenvolvimento. A construção de tantos projetos extracurriculares e organização de eventos com o apoio do Centro Estudantil de Relações Internacionais, instituição importantíssima para a representação e articulação dos alunos do curso, impulsiona nossa evolução e multiplica nosso aprendizado. Aos meus amigos, por todo apoio e pelos bons momentos que passamos juntos, afinal é por isso que vivemos. Seria verdadeiramente impossível citar a todos, mas nos nomes do Bernardo, do Edson, do Gabriel, da Giovana, da Luana, do Murillo, da Natália, do Pedro e do Thales eu agradeço a cada um, de coração. Minha jornada até aqui não faria sentido se não fosse compartilhada com vocês e com os amigos que vocês representam.

Por fim, agradeço à minha família, que esteve sempre ao meu lado para que minha graduação na melhor universidade federal do país fosse possível. Sua dedicação, amor e incentivo, em especial de minha mãe, Eunice, do meu pai, Carlos, da Eliza, do Roberto e da Laísa, foram imprescindíveis para que chegássemos com sucesso até aqui. Todos são exemplos, cada um à sua maneira, de pessoas que só querem o melhor para o meio que os rodeia. Com a certeza de que minha jornada profissional está somente começando, espero retornar, de alguma forma, todo o investimento depositado em mim.

- *“Eu gostaria que ele estivesse governando todo o continente”.*

Richard Nixon¹

¹ Consideração do Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, sobre Emílio Médici, semanas após a visita oficial do Presidente do Brasil a Washington, em dezembro de 1971. Transcrito de conversa com o Secretário de Estado dos EUA, William Rogers. Para toda a conversação, ver Henry (2003, p. 139).

RESUMO

Esta monografia analisa as contribuições do Brasil para a Guerra Fria interamericana, entendida como a confrontação entre revolucionários e contrarrevolucionários na América Latina a partir da eclosão da Revolução Cubana (1959) e consequente inflexão do embate político-ideológico nas Américas. É apresentado um breve histórico das relações internacionais americanas desde a virada do século XIX para o XX, passando pela reestruturação do sistema interamericano a partir do fim da II Guerra Mundial, com ênfase para as políticas de intervenções dos EUA na América Latina no período. O intuito dessa contextualização é posicionar a América Latina no cenário da Guerra Fria para, então, compreender como o Brasil participou nas dinâmicas regionais de disputa pelo poder sob a ordem bipolar global. Dado esse cenário, o objetivo deste trabalho é precisar a participação do governo do Presidente Emílio Médici na deposição de Salvador Allende e consequente estabilização do regime do general Augusto Pinochet, no Chile, em 1973. Para tanto, se fez uso da documentação primária produzida durante a visita oficial de Médici a Nixon, em Washington, em 1971, bem como de bibliografia selecionada. Concluiu-se que o Brasil foi um dos principais atores da Guerra Fria na região, atuando pró-ativamente para o enfraquecimento de governos e movimentos opositores.

Palavras-chave: América Latina. Relações Internacionais. Guerra Fria. Brasil. Chile.

ABSTRACT

This study analyzes Brazil's contributions to the inter-American Cold War, understood as the confrontation between revolutionaries and counterrevolutionaries in Latin America since the outbreak of the Cuban Revolution (1959) and the consequent change-over in the political-ideological struggle in the Americas. A brief history of the American international relations from the end of the nineteenth century to the beginning of the twentieth century is presented, passing through the restructuring of the inter-American system since the end of World War II emphasizing the US policies of interventions in Latin America on that time. The purpose of this contextualization is to position Latin America in the scenario of the Cold War, in order to understand how Brazil participated in the regional power struggle dynamics under the bipolar global order. Given this scenario, the objective of this work is to specify the participation of the government of President Emílio Medici in Salvador Allende's deposition and the consequent stabilization of General Augusto Pinochet's regime in Chile in 1973. To that end, the primary documentation produced during the Medici's official visit to Nixon in Washington, in 1971, and secondary bibliography has been utilized. It was concluded that Brazil was one of the main actors of the Cold War in the region, acting pro-actively for the weakening of opposed governments and movements.

Key-words: Latin America. International Relations. Cold War. Brazil. Chile.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A GUERRA FRIA INTERAMERICANA	11
2.1	DA VIRADA DO SÉCULO XIX AO PÓS II GUERRA MUNDIAL	13
2.2	A REVOLUÇÃO CUBANA E A INFLEXÃO DA DISPUTA POLÍTICO- IDEOLÓGICA NAS AMÉRICAS.....	17
2.3	A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA	20
2.3.1	A Doutrina de Segurança Nacional do Brasil	22
3	BRASIL PÓS 1964: ALIADO CHAVE DO ANTICOMUNISMO NO CONE SUL?	25
3.1	O PROJETO BRASIL POTÊNCIA ATRAVÉS DA DIPLOMACIA DO INTERESSE NACIONAL	25
3.1.1	A Doutrina Guam e o Brasil	27
3.1.2	A visita oficial de Emílio Médici a Richard Nixon em 1971	29
3.2	CHILE, 11 DE SETEMBRO DE 1973	35
3.2.1	Breve introdução	35
3.2.2	O envolvimento do Brasil no golpe de Estado chileno e na estabilização do novo regime	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Inegavelmente, a maior parte da historiografia sobre a Guerra Fria² (1947-1991) analisa os acontecimentos deste rico período histórico para as Relações Internacionais sob a perspectiva do jogo das grandes potências nos teatros europeus e asiáticos. Todavia, as consequências da rivalidade ideológica e geopolítica entre o dominante capitalismo, sob a liderança da superpotência norte-americana emersa da II Guerra Mundial, e a proposta socialista de revolução do sistema de organização social, tendo como expoente a União Soviética, não se limitou a esses cenários. Longe disso: todo o então chamado Terceiro Mundo se viu imerso na dinâmica global da Guerra Fria, enquanto as tradicionais disputas regionais e as lutas por descolonização, independência e modernização nacionais persistiam (LATHAM, 2010). Dessa forma, a América Latina não deixou de fazer parte, à sua maneira, do embate verdadeiramente global encabeçado pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Por sua vez, a magnitude territorial, populacional, e econômica, bem como a diversidade de riquezas naturais e a extensão de suas fronteiras físicas, dentre outros aspectos, fez com que o Brasil buscasse assumir o papel da liderança regional desde sua descolonização e independência. Por vezes, ao longo dos períodos imperial e republicano, tal ambição foi determinante para a intervenção brasileira em assuntos dos seus vizinhos. O envolvimento brasileiro nas guerras do Prata (1825-1828) e Cisplatina (1851-1852) são exemplos disso.

Durante a Guerra Fria, o quadro não se alterou: o Brasil participou, por exemplo, da invasão da República Dominicana ao lado de tropas estadunidenses (1965-1966) e na preparação da Operação Trinta Horas para invasão do Uruguai, em 1971, caso a Frente Ampla ganhasse as eleições daquele ano. Além disso, o governo brasileiro atuou também de forma direta ou indireta na deposição de governos de aspirações divergentes, como o do general Juan José Torres, na Bolívia (1971), e o de Salvador Allende, no Chile (1973) (PADRÓS, 2013).

Dado este panorama, o objetivo deste trabalho é compreender a relevância do Brasil na construção da bipolarização político-ideológica da Guerra Fria, mais especificamente na América Latina desde a Revolução Cubana (1959) até a eleição de Ernesto Geisel para a Presidência da República do Brasil (1974), tendo como marco o envolvimento brasileiro na queda de Salvador Allende no Chile. Para avançar neste aspecto, o problema da pesquisa aqui apresentada pode ser sintetizado pela seguinte questão: qual foi a participação brasileira na

² Adota-se como marco inicial a declaração da Doutrina Truman (1947) e finais a derrubada do Muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética em 1991.

preparação e execução do golpe de Estado no Chile, em 1973, e na consolidação do governo ditatorial do general Augusto Pinochet? É relevante salientar, contudo, que a investigação das variáveis domésticas que levaram ao mencionado golpe de Estado não entra no escopo deste trabalho, dada a vasta e consolidada bibliografia acerca do tema.

Como hipótese central do trabalho, sustenta-se que o Estado brasileiro, ao lado dos EUA e de Cuba, foi um dos principais atores da Guerra Fria na América Latina, atuando pró-ativamente na oposição a movimentos socialistas e revolucionários da região, favorecido tanto pelo contexto internacional como interno. Ademais, este estudo tem como hipótese secundária a afirmação de que o regime militar brasileiro evitou agir diretamente para a deposição do Presidente chileno Salvador Allende, limitando-se a apoiar o estabelecimento do regime de Augusto Pinochet.

A justificativa acadêmica do trabalho é a contribuição para a compreensão da política externa brasileira para a América Latina no período, especialmente para o Cone Sul³, debruçando-se sobre a relação triangular Brasil-Chile-EUA no que concerne a capacidade de influência e ingerência do Brasil em assuntos domésticos de seus vizinhos em um momento de instabilidade política no continente. Fator que instiga a investigação do tema neste momento é desclassificação⁴, em agosto de 2009, de documentos relativos às relações internacionais da América Latina do período destacado nesta pesquisa, possibilitando a complementação da historiografia.

Ademais, através da investigação das relações internacionais que envolveram a destruição da via chilena para o socialismo⁵, busca-se inserir o então Terceiro Mundo no centro das discussões sobre a Guerra Fria. Nesse período, as nações da periferia do sistema internacional tiveram de lidar, com maior ou menor autonomia, com as consequências do embate entre dois sistemas de organização sociopolítica – guerras no Terceiro Mundo e acirramento de disputas domésticas, principalmente. É importante salientar, contudo, que a disputa entre os EUA e a URSS não balizou todos os elementos das relações regionais da América Latina, de cooperação e conflito, como será discutido mais adiante (APARICIO; FERREIRA, 2014).

A técnica de pesquisa adotada para a abordagem das questões colocadas consiste em:

a) análise de fontes primárias, quais sejam:

³ Região entendida aqui como a composição de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁴ Possível por força da lei de acesso à informação dos EUA, a *Freedom of Information Act*, de 1967.

⁵ A via chilena para o socialismo, defendida por Allende, era marcada pelo respeito aos limites democráticos definidos na constituição do país.

i) documentos desclassificados dos EUA divulgados ao público pelo National Security Archive (NSA) - instituição sem fins lucrativos localizada na George Washington University - e compilados na série Foreign Relations of The United States (FRUS), publicação do Departamento de Estado (UNITED STATES, 2017); e

b) revisão de bibliografia secundária selecionada.

A estrutura deste trabalho consiste nesta introdução, em um capítulo introdutório, em um capítulo central e nas considerações finais. No capítulo dois é dado enfoque para a discussão do conceito de “Guerra Fria interamericana”, debate desenvolvido por autores como Tanya Harmer (2008), Hal Brands (2011), e Fernando Aparicio e Roberto Ferreira (2014). Nesse contexto, busca-se evidenciar a dinâmica da política internacional da região desde a ascensão dos EUA como potência hegemônica da América Latina na virada do século XIX, passando pelos marcos da ascensão da URSS e da Revolução Cubana, até a eleição que alçou Salvador Allende ao cargo de Presidente Chile, em 1970. Na mesma seção, também é introduzido o conceito de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), na América Latina e no Brasil, com base em autores como Marla Assumpção (2014), Enrique Padrós (2005), Samantha Quadrat (2005), Tapia Valdés (1980) e José Comblin (1980), dentre outros. Como será exposto, a DSN foi o arcabouço político e estratégico balizador das relações securitárias na região durante o período analisado pelo trabalho.

Já no capítulo três, é discutida a instrumentalização do Brasil como aliado principal do anticomunismo no Cone Sul, em um cenário de convergência estratégica entre a Doutrina Guam, desenvolvida por Richard Nixon e Henry Kissinger, e a Diplomacia do Interesse Nacional, de Emílio Médici e Mário Gibson Barbosa. Na mesma seção, é dada especial atenção para o envolvimento do Estado brasileiro no processo que culminou na derrubada do governo democraticamente eleito de Allende, em 11 de setembro de 1973, acontecimento caracterizado como um dos mais marcantes da história das relações internacionais do continente americano no século XX; para tanto, recorre-se à documentação primária e à literatura especializada, qual seja, principalmente, as obras de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008, 2011), Matias Spektor (2009), Enrique Padrós (2005), Samantha Quadrat (2005) e Tanya Harmer (2008, 2011, 2014, 2017). Por fim, são apresentadas as conclusões finais acerca do tema estudado, retomando a questão problema do trabalho, a hipótese central e explicitando sistematicamente as ponderações desenvolvidas ao longo dos dois capítulos principais.

2 A GUERRA FRIA INTERAMERICANA

A confrontação geopolítica e ideológica entre os EUA e URSS após o fim da II Guerra Mundial jamais se converteu em conflito armado direto na Europa, com raras exceções, caracterizando a Guerra Fria como um período de mais de quarenta anos de relativa paz e estabilidade no Primeiro Mundo (BRANDS, 2010). A partir da acumulação de ogivas nucleares e capacidade de entrega das mesmas pelas superpotências, estava montado o cenário ideal ilustrado pela teoria da destruição mútua assegurada⁶. No Terceiro Mundo, porém, as complexas e imbricadas dinâmicas do confronto entre os dois blocos de poder contribuíram para a instabilidade dessas regiões. Este é, certamente, o caso da América Latina (BRANDS, 2010). Nas palavras de Brands (2010, p. 1, tradução nossa),

A Guerra Fria foi uma era de volatilidade febril nos países em desenvolvimento, enquanto as lutas do Leste-Oeste se misturam com políticas locais instáveis para resultarem em polarização e derramamento de sangue. Um essencial entorpecimento governou as relações entre Moscou e Washington durante a Guerra Fria, mas a violência, o conflito e convulsões sociais prevaleceram no Sul Global.

O conceito de Guerra Fria interamericana sintetiza a historiografia sobre as ações, na América Latina, relativas à divisão ideológica global a partir do pós-guerra entre, por um lado, governos e movimentos políticos alinhados aos EUA e, por outro, partidários do ideário socialista/comunista, cujo expoente máximo eram a URSS e a República Popular da China. Nas palavras de Tanya Harmer (2011), a Guerra Fria interamericana, “[...] em vez de um confronto bipolar entre superpotências projetado no teatro da América Latina a partir de fora, é a concorrência única e multifacetada entre defensores do comunismo e do capitalismo, em suas diferentes formas” (p. 19, tradução nossa).

Segundo a autora, a Guerra Fria foi verdadeiramente global, no sentido em que não se restringiu à confrontação ideológica entre as superpotências no Primeiro Mundo, mas também influenciou as políticas regionais da América Latina, Ásia e África (HARMER, 2008). Nesse sentido, apesar de a Guerra Fria não ter sido definidora de todas as relações internacionais do período, as nações latino-americanas precisaram perseguir seus objetivos de acordo com a nova realidade internacional. Afinal, no Terceiro Mundo as divisões ideológicas forjadas no centro do sistema internacional produziram movimentos revolucionários e suas conseqüentes medidas contrarrevolucionárias, reformulando a disputa pelo poder nos países em desenvolvimento, mas

⁶ Sobre a teoria da destruição mútua assegurada, ver McMahon (2003).

também alterando o padrão de relacionamento entre as superpotências, em contrapartida (HARMER, 2008).

O conceito apresentado evidencia a complexidade do tema, dada a multiplicidade de atores envolvidos, a variedade de aspirações de cada um deles e o antagonismo da ideia de construção da sociedade e organização de seus meios de produção, dentre outros aspectos. Menos explícita, contudo, está a disputa pelo poder *per se* na América Latina no contexto da Guerra Fria, que abarca o embate doméstico entre partidos e movimentos políticos antagônicos a partir da importação da disputa global e seus reflexos para as relações internacionais do continente na segunda metade do século XX (BRANDS, 2010). Segundo Brands (2010, p. 9, tradução nossa) a Guerra Fria na América Latina era composta por duas camadas, sendo que a mais antiga e profunda delas

[...] era a luta contínua sobre os arranjos políticos e sociais na América Latina [...]. A longa tensão entre o poder dos EUA e o anti-imperialismo latino-americano, que também se fortaleceu no pós-guerra, constituiu uma segunda camada de conflito. Esses problemas [...] formaram uma base em que os eventos mundiais do final da década de 1940 e início da de 1950 estabeleceram duas novas fontes de instabilidade: a descolonização e o surgimento do Terceiro Mundo aumentaram as tensões internas e externas na América Latina, enquanto a mutável natureza da Guerra Fria ligou estreitamente a concorrência das superpotências à disputa política interna dos países em desenvolvimento. Essas tendências emergentes exacerbaram os problemas existentes na política latino-americana, acrescentando novas dimensões às lutas mais antigas e fornecendo o combustível para a intensidade e [...] crueldade dos assuntos regionais durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

As visões sobre a Guerra Fria interamericana apresentadas foram sintetizadas pela reflexão de Aparicio e Ferreira (2014) acerca do conceito. Para os autores, é necessário reposicionar o então Terceiro Mundo no centro dos estudos sobre o período, uma vez que o Terceiro Mundo não foi somente receptor passivo das decisões políticas tomadas no centro do sistema internacional ou mero importador dos resultados do embate ideológico entre as duas superpotências. As aspirações por progresso material, autonomia e modernização das nações latino-americanas são essenciais para compreender o período em sua totalidade. Tal proposição converge com o entendimento da Guerra Fria interamericana como a sobreposição de várias camadas de conflitos históricos na região (BRANDS, 2010), bem como de multiplicidade de partes interessadas e de reciprocidade de influência entre os acontecimentos no centro e na periferia do sistema internacional (HARMER, 2008; 2010).

Após essa breve discussão conceitual, faz-se necessário apresentar um breve histórico dos acontecimentos mais relevantes para a construção do pano de fundo da Guerra Fria interamericana. Com tal finalidade, no subcapítulo seguinte são apresentadas algumas das

intervenções dos EUA nos assuntos internos das nações latino-americanas desde o final do século XIX até o fim da década de 1950. Na sequência, são sintetizadas as consequências da Revolução Cubana para a disputa político-ideológica no sistema interamericano de relações internacionais, particularmente no tocante ao seu efeito nos ânimos de movimentos revolucionários de esquerda e, também, nas medidas anticomunistas tomadas pelos governos dos EUA.

2.1 DA VIRADA DO SÉCULO XIX AO PÓS II GUERRA MUNDIAL

Os EUA passaram a ser a potência hegemônica do sistema interamericano de relações internacionais entre o fim século XIX e início do século XX, período marcado pelo declínio do poder do Império Britânico nas relações internacionais da região (BRANDS, 2010). A Doutrina Monroe⁷, declarada em 1823, passou a ser utilizada pelos norte-americanos para defender sua influência geopolítica no continente americano contra a intervenção de potências estrangeiras, como foi observado na Guerra Hispano-Americana (1898), que resultou na independência de Cuba e na anexação de Porto Rico pelos EUA, restando apenas algumas ilhas e as guianas sob dominação europeia (GUIMARÃES, 2008). Mesmo à época de sua declaração, contudo, alguns líderes latino-americanos perceberam que a proposta da Doutrina era ambígua e poderia ser utilizada para justificar intervenções não solicitadas no resto do continente (URIBE, 1975).

Também cabe destacar algumas das intervenções dos EUA na América Latina que contribuíram para a construção do pano de fundo da Guerra Fria interamericana. Inserida no contexto de declínio da hegemonia global do Reino Unido, a Guerra do Pacífico⁸ (1879-1884), por exemplo, envolvia interesses comerciais norte-americanos, o que fez com que seu governo tentasse, sem sucesso, mediar a situação. Poucos anos depois, a ascendente potência global aproveitou a conjuntura de instabilidade no Chile durante uma guerra civil motivada, principalmente, pela nacionalização da indústria de mineração, para gerar o Incidente Baltimore⁹ e demonstrar sua hegemonia na região andina (URIBE, 1975).

Nesse contexto, os britânicos passaram o título de “donos” do Chile para os norte-americanos, particularmente com o início da exploração dos recursos minerais pela Anaconda

⁷ Para uma análise sobre a Doutrina Monroe, ver Villaça (2011, p. 68).

⁸ Histórico conflito travado entre Chile, Peru e Bolívia pelo controle de minas de nitrato que resultou na anexação das regiões de Antofagasta e Tarapacá pelos chilenos.

⁹ Crise diplomática entre Chile e os EUA após um alegado ataque chileno ao cruzador USS Baltimore nas águas de Valparaíso, em 1891. O evento quase levou a um conflito entre as duas nações, porém desfechou com o pagamento de indenização dos chilenos aos norte-americanos.

Copper Mining Company, a partir de 1922, enquanto a International Telephone & Telegraph¹⁰ (ITT) tomava controle das telecomunicações e outras empresas dos EUA substituíam as britânicas no provimento de funções públicas (URIBE, 1975; BRANDS, 2010). Fica evidente que a plataforma da Doutrina Monroe, reforçada posteriormente pelo corolário da política do Big Stick (1901), seria a base da política de intervenções dos EUA na América Latina e no Caribe (particularmente) nas décadas subseqüentes.

A fim de pontuar a expansão e intervenção dos EUA na América Latina no início do século XX, particularmente na região considerada seu entorno estratégico imediato (América Central e Caribe), cabe destacar os eventos conhecidos como a Guerra das Bananas, que abarca as intervenções militares norte-americanas no Panamá (1903), Nicarágua (1912-1933), Haiti (1915-1934), e República Dominicana (1903-1904, 1916-1924), bem como as campanhas militares no México (1914-1919) (BRANDS, 2010).

A ameaça do fascismo e de novas intervenções estrangeiras no continente americano, aliado ao custo de manutenção das ocupações além-mar, dentre outras causas, fizeram com que a Política de Boa Vizinhança fosse adotada a partir de 1933, pelo Presidente Franklin D. Roosevelt. Pelo menos em discurso, os EUA se propunham a melhorar seu padrão de relacionamento com as nações latino-americanas, o que se concretizou em iniciativas como a anulação da Emenda Platt¹¹ e a revogação do corolário do Big Stick (BRANDS, 2010). Apesar da proclamada intenção de não intervenção nos assuntos domésticos dos países ao sul do continente, o governo de Roosevelt ainda defendia, com pressões e intervenções diretas, os interesses estratégicos e econômicos dos EUA na América Latina e Caribe, como no apoio aos regimes ditatoriais na República Dominicana e na Nicarágua, comandados por Rafael Trujillo e Anastasio Somoza, respectivamente (BRANDS, 2010). A dualidade da política externa norte-americana para a América Latina entre partidários da “diplomacia do porrete” *versus* partidários da Política de Boa Vizinhança, bem como a relacionada contradição entre promoção da liberdade política, por um lado, e derrubada de governos democráticos opositores a seus interesses ou apoio a ditaduras aliadas, por outro, seguiu-se pelas décadas seguintes (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996).

No que concerne à política internacional, os desdobramentos da I Guerra Mundial, principalmente a consolidação da Revolução Russa (1917) e a fundação da Terceira Internacional Comunista pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1919,

¹⁰ Nos anos de 1920, a empresa adquiriu também as principais companhias telefônicas de Porto Rico e Cuba.

¹¹ Dispositivo constitucional que permitia a intervenção dos EUA em Cuba. Para mais informações sobre a Emenda Platt, ver Villaça (2011, p. 70).

alteraram o pensamento revolucionário global, criando uma proposta de modernidade diferente da liderada pelos norte-americanos (WESTAD, 2005). Em contrapartida, as diretrizes históricas da política dos EUA de manutenção da ordem regional, combate à subversão interna, defesa do hemisfério de ataques extra-regionais e promoção de seus interesses econômicos começaram a tomar a forma do combate ao comunismo, diretriz fortalecida com o início da Guerra Fria (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996; 2005).

Durante a II Guerra Mundial, foram inúmeros os elementos que favoreceram o estreitamento dos laços dos EUA com o resto do continente americano, sedimentando a hegemonia regional em construção desde a metade do século XIX. As ameaças do Eixo, marcadas pelo ataque japonês a Pearl Harbor (1941) e bombardeamentos da marinha mercante do continente pela esquadra alemã, além da assistência norte-americana às nações aliadas a partir da lei de Lend-Lease, de cooperação militar e tecnológica, são alguns exemplos de fatores que aproximaram as duas partes. Por fim, a ascensão dos EUA como superpotência global constrangeu a América Latina a enquadrar-se em sua esfera de influência quando da divisão do sistema internacional entre os polos capitalista e socialista de poder, dada sua posição geopolítica (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, 2005).

No que concerne a esfera doméstica dos países latino-americanos, a influência da propaganda de guerra do modelo de sociedade liberal norte-americano e o fracasso dos modelos de desenvolvimento vigentes, dentre outros fatores, como o autoritarismo, deram início a vários movimentos populares no imediato pós-guerra. Mobilizações de trabalhadores, estudantes e intelectuais, aliados à esquerda marxista, reivindicavam maior independência sindical e participação social, como no México e no Brasil, evidenciando a tendência nacionalista-reformista de tais aspirações. Tal onda de democratização do sistema político latino-americano logrou a derrubada de ditaduras ou, pelo menos, seu abalo (BETHELL; ROXBOROUGH, 2005; BRANDS, 2010).

Ao fim da década de 1940, contudo, em movimento contrário a tendência observada logo após o fim da II Guerra, houve o estreitamento do controle da mobilização trabalhista, através do aparelhamento da organização sindical e monitoramento de sua atuação (BRANDS, 2010). Segundo Bethell e Roxborough (1996), a esquerda e a democracia sofreram uma histórica derrota na América Latina no período pós-guerra, com a proibição de partidos comunistas em quase todas as nações, assim como a passagem de quadros reformistas para partidos de direita e, conseqüentemente, arrefecimento do aprofundamento democrático. Nesse caso, fica evidente a influência dos resultados da II Guerra para a formação das complexas

dinâmicas da Guerra Fria, particularmente no que concerne a disputa política interna das nações da América Latina (LEFLLER; PAINTER, 2005).

No cenário internacional, os norte-americanos, agora responsáveis pela articulação política e financiamento da reconstrução do sistema internacional, não ofereceram uma variação do Plano Marshall europeu para a América Latina. Os líderes políticos do continente, apoiadores dos Aliados durante a II Guerra, esperavam o reconhecimento de seu papel na vitória sobre o Eixo na forma da expansão da assistência técnica e econômica advinda dos EUA. Segundo seus próprios argumentos, os norte-americanos passaram de garantidores da paz não somente da América Latina, mas de todo o Ocidente, dada a projeção de poder global incomparável acumulada, o que inviabilizava a disposição de recursos para o continente americano (BETHELL; ROXBOROUGH, 2005).

Contudo, a fim de reforçar os laços militares e políticos conquistados durante a II Guerra e os reforçar de acordo com a realidade da Guerra Fria, os EUA buscaram articular uma série de mecanismos multilaterais, políticos, militares, judiciais e financeiros (URIBE, 1975). O novo ordenamento hemisférico começou a ser formulado desde 1945, destacando-se a Conferência Interamericana para Manutenção da Segurança no Continente, realizada no Rio de Janeiro, em 1947, da qual resultou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), égide da doutrina de defesa hemisférica. Cabe destacar também a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, que resultou da IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, organização que se tornou o arcabouço jurídico-institucional do sistema interamericano (CERVO, 2007).

As nações latino-americanas acabaram por ingressar na estrutura proposta pelos EUA com o intuito de receber auxílio militar, tecnológico e econômico, e lograr um rápido salto de modernização a baixos custos (URIBE, 1975). Cervo (2007), porém, critica a forma com que as nações latino-americanas se enquadraram na zona de influência exclusiva norte-americana, com a rápida adesão às novas instituições sem barganhar maiores vantagens em momento crítico de reconstrução da ordem mundial, com exceção da Argentina peronista. Segundo o autor, isso se deu pela falta de unidade e excesso de disputas entre as lideranças do continente no momento, o que serviu plenamente aos interesses dos EUA.

Acerca dessa questão, vale salientar as solicitações das nações da América Latina, lideradas pelo Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, por financiamentos públicos do governo dos EUA. Apesar da chamada Operação Pan-Americana (1958) não ter obtido resultados práticos, ela acabou sendo a base para a constituição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano seguinte, bem como para a consolidação de outras iniciativas

semelhantes (HARMER, 2011). Em comparação com o Plano Marshall, contudo, a assistência econômica dos EUA para a América Latina foi ínfima: US\$ 20 bilhões foram destinados à reconstrução da Europa no pós-guerra, ao passo que US\$ 400 milhões foram repassados para o continente latino-americano (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, 2005). Esta discrepância pode ser atribuída, dentre outras questões, à incapacidade de projeção da URSS no continente, à falta de perspectiva quanto à instauração de governos comunistas e, principalmente, à dominância político-militar dos EUA na região. Tal visão, contudo, alterou-se nos anos de 1960 com o sucesso da Revolução Cubana e suas consequências para as relações internacionais globais e interamericanas.

2.2 A REVOLUÇÃO CUBANA E A INFLEXÃO DA DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA NAS AMÉRICAS

Dada a conjuntura global do pós II Guerra e a construção sem oposição do novo sistema interamericano de relações internacionais, a América Latina não era prioridade para a política externa dos EUA até fins da década de 1950. Por sua vez, a reconstrução da Europa através do Plano Marshall, a contenção do avanço comunista no Leste europeu e na Ásia e o estabelecimento das novas instituições financeiras (FMI, GATT, Banco Mundial) e políticas globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), foram os focos da atuação norte-americana no período. Contudo, o cenário no continente americano foi alterado com a Revolução liderada pelos irmãos Castro e por Che Guevara e consequente queda do ditador cubano Fulgência Batista, em 1959.

Nas palavras de Brands (2010, p. 24, tradução nossa) a Revolução Cubana, originada em 1953 como um levante de classe média contra a ditadura,

[...] foi uma expressão dos problemas que desafiaram os governos da América Latina durante esse período. O descontentamento da classe média com o autoritarismo, a mobilização política dos grupos de estudantes, os efeitos sociais do desenvolvimento econômico desigual e a forma como os eventos da década de 1950 radicalizaram os líderes revolucionários como Guevara foram fatores que condicionaram a queda de Batista.

A consolidação da Revolução Cubana e o fracasso da incursão de contra-insurgência na Playa Girón reverteram a política internacional interamericana: agora, revoluções de caráter socialista provavam-se possíveis também na zona de influência da maior potência capitalista mundial, até mesmo sem o apoio inicial da URSS, que adotava a política do “socialismo em um só país” em vez de incentivar a revolução internacional e permanente (ANDERSON, 2015;

HALLIDAY, 1999). Para os EUA, evidentemente, a ascensão de novos governos de esquerda na região era intolerável: seu governo atuaria de maneira coordenada com seus aliados anticomunistas para evitar a “cubanização” da América Latina (ASSUMPÇÃO, 2014; HARMER, 2011; PADROS, 2005).

Em adição à Revolução Cubana, o desafio da insurgência comunista no sul do Vietnã demonstrou a realidade cada vez mais complexa da Guerra Fria no tocante ao Terceiro Mundo, dada as possibilidades de seu alinhamento (ou não-alinhamento) com as superpotências dominantes (SEGOVIA, 2014; WESTAD, 2005). Mais ainda, a movimentação em Cuba mostrou aos partidos socialistas latino-americanos (e até mesmo aos europeus) que a tão almejada revolução comunista poderia ser alcançada e defendida em qualquer lugar, o que causou grande impacto para as dinâmicas internas da América Latina (HARMER, 2011).

Na questão social, por exemplo, a ênfase dada pela Revolução para a redistribuição de terras agitou camponeses em países como Brasil, Chile, Guatemala, Colômbia, Costa Rica e Peru (BRANDS, 2010). Por todo o subcontinente, vários quadros de partidos pró soviéticos organizaram-se para criar novos partidos mais radicais inspirados em táticas e discursos dos Castro, causando profunda fissura política na esquerda da América Latina (BRANDS, 2010; PADRÓS, 2005). Segundo Padrós (2005) e Hobsbawn (1996), a principal representação do transbordamento dos acontecimentos em Cuba foi através da utilização da tática de guerrilha, teorizada por Régis Debray¹², influenciando sublevações político-sociais na América Latina em diversos¹³ países no subcontinente durante a década de 1960, particularmente entre 1959 e 1961, como a Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN – na Nicarágua (1961).

O ápice da infusão de tensão no continente se deu em outubro de 1962, com a disposição do governo cubano em abrigar mísseis balísticos da URSS em seu solo em resposta à incursão da Playa Girón, bem como à instalação de mísseis balísticos norte-americanos na Turquia (SEGOVIA, 2014). De acordo com Halliday (1999), foi nesse momento histórico que a corrida nuclear característica da Guerra Fria e as revoluções no Terceiro Mundo conectaram-se, aumentando o risco da confrontação direta entre as duas superpotências rivais.

No referido episódio, também fica evidente o potencial do Brasil para o jogo da Guerra Fria interamericana: por solicitação do Presidente John Kennedy, o governo de João Goulart

¹² Acerca da importância do jornalista e escritor Régis Debray para a teorização da revolução armada na América Latina, ver Hobsbawn (1996); Padrós (2005) e Villaça (2011).

¹³ Dentre as sublevações eclodidas nesse contexto, Villaça (2011) destaca: a Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua); as guerrilhas na Guatemala e na Argentina; as Farc, na Colômbia; o Movimiento de Izquierda Revolucionária, no Peru; o Movimento 14 de Junho, na República Dominicana; os Tupamaros, no Uruguai; a Ação Libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, no Brasil.

fez um esforço diplomático secreto para a resolução da crise entre Washington, Havana e Moscou e para a futura desnuclearização do continente (HERSHBERG, 2004). Declinada por Fidel Castro, a proposta conjunta dos governos norte-americano e brasileiro envolvia o abandono da aliança cubano-soviética, a remoção dos mísseis da ilha caribenha e o compromisso por parte de Cuba de não apoiar novas revoluções na América Latina, em troca da não invasão de Cuba pelos EUA e do levantamento do embargo econômico imposto em 1960 (HERSHBERG, 2004).

A Crise dos Mísseis resultou no acolhimento de Cuba pelo guarda-chuva nuclear da URSS e no compromisso dos EUA de não invadirem a ilha no futuro, fatores essenciais para a consolidação do regime socialista e seu projeto de difusão do anti-imperialismo no hemisfério, o que configurou importante vitória política para o regime castrista (SEGOVIA, 2014; HALLIDAY, 1999). Por outro lado, contudo, a confrontação agravou a situação de isolamento diplomático de Cuba no continente com sua suspensão da OEA, em janeiro de 1962, sob a argumentação de ser fonte de fracionamento político regional e de desestabilização da “unidade pan-americana sob a égide dos EUA” (CERVO, 2004, p. 95).

A série de tensões envolvendo Cuba levou ao reforço da pauta de não-proliferação nuclear e, já ao fim dos anos de 1960, foi um dos motivos da construção do cenário de *detente* da Guerra Fria (VILLAÇA, 2011). Diante do novo quadro, nova importância é dada pelos dirigentes norte-americanos para o sistema interamericano de relações internacionais. A fim de evitar o enfraquecimento de sua hegemonia regional, Washington recorreu a estratégias aparentemente ambíguas, mas que se complementam, durante as décadas seguintes. De acordo com Padrós (2005) e Cervo (2007), os EUA utilizaram o imperialismo do dólar e a execução de táticas de contra-insurgência e apoio a governos ditatoriais, mas aliados, por um lado, ao passo que apoiaram a derrubada de governos democráticos, mas de interesses opostos¹⁴, por outro.

No que concerne a diplomacia econômica desempenhada pelo Departamento de Estado dos EUA, destaca-se a Aliança para o Progresso¹⁵ (ALPRO), proposta pelo Presidente John Kennedy, em 1961. Tal mecanismo oferecia assistência financeira a governos da América Latina sob a condição de implementação de reformas econômicas de cunho liberal, como a redução da inflação e o controle fiscal, a fim de evitar a eclosão de novas convulsões sociais no subcontinente (VILLAÇA, 2011). Enquanto a ALPRO fracassava, a superpotência capitalista

¹⁴ Segundo Villaça (2011), os EUA apoiaram, de diversas formas, a derrubada de nove governos entre 1962 e 1966: Peru e Argentina (1962), Guatemala, Equador, Honduras e República Dominicana (1963), Brasil e Bolívia (1964) e Argentina (1966).

¹⁵ Ideia originária da Operação Pan-Americana, a projeção era de investimento de US\$ 20 bilhões na América Latina por parte dos EUA, principalmente.

fornecia grande assistência militar e policial para as forças de controle, monitoramento e repressão na América Latina através de treinamentos em suas escolas¹⁶ de formação de oficiais (HARMER, 2011; PADRÓS, 2005).

Além dos conhecimentos técnicos de contra-insurgência baseados na experiência colonial francesa e inglesa, os mais de 30 mil oficiais latino-americanos que passaram por estas instituições também aprenderam a base teórica da DSN, fundamento de várias ditaduras da América Latina (FERNANDES, 2009a; ASSUMPCÃO, 2014). Como será exposto a seguir, a DSN, em todas as suas variações, tornou-se o arcabouço para o anticomunismo e autoritarismo na América Latina a partir de 1964, ano em que o primeiro regime de segurança nacional latino-americano foi instaurado no Brasil.

2.3 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

Como já explicitado, a radicalização de vários dos movimentos pelo aprofundamento democrático, distribuição de terras e maior participação na renda nacional, aliado ao fracasso do projeto de estado desenvolvimentista, ameaçou o poder das elites governantes latino-americanas e a preponderância estadunidense na região (PADRÓS, 2005). Por sua vez, o fracasso da incursão da Playa Girón e a consolidação do regime castrista evidenciaram ainda mais a necessidade de alteração da estratégia das elites latino-americanas para sua permanência no poder. A resposta encontrada para a manutenção do *status quo* no continente foi a formulação, aplicação e internacionalização da DSN, tornando a segurança nacional a base para os regimes ditatoriais instaurados na América Latina entre 1960 e 1970¹⁷ (PADRÓS, 2005).

Desenvolvida nos centros de formação de oficiais norte-americanos em fins da II Guerra Mundial, a DSN é considerada por Assumpção (2004) uma extensão da Doutrina Monroe, na medida em que suas raízes remetem ao princípio de segurança coletiva do continente americano. Aqui, cabe introduzir brevemente os conceitos comuns presentes nas DSN utilizados pelas ditaduras civis-militares latino-americanas no período assinalado. Para Comblin (1980, p. 17),

A Doutrina de Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única

¹⁶ Destaca-se o National War College (1946), a Escola do Caribe do Exército dos EUA (criada em 1949 e aberta para latino-americanos após 1959), a escola de treinamento de guerrilha na selva de Fort Sherman (1953), o Office of Public Safety (1962), a Inter-American Police Academy (1962), e o Inter-American Defense College (1962) (URIBE, 1975; PADRÓS, 2005).

¹⁷ Brasil, 1964; Panamá e Peru, 1968; Bolívia, 1969; Equador, 1972; Uruguai e Chile, 1973; e Argentina, 1976 (COMBLIN, 1980).

realidade e a resposta a tudo. Por conta disso a Doutrina de Segurança Nacional escraviza os espíritos e os corpos (...). Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea; vemos, assim, os defensores da Doutrina da Segurança Nacional inverterem perniciosamente a fórmula de Clausewitz: a política, para eles, seria a continuação da guerra por outros meios.

Da análise dos estudos de Comblin (1980), Valdés (1980), Quadrat (2005) e Padrós (2005), destaca-se o entendimento dos seguintes elementos da condução do Estado a partir da perspectiva da DSN:

- a) destino comum e anticomunismo: os marcantes eventos da divisão ideológica global, representados na América Latina pela Revolução Cubana, contribuíram para a aceitação da ideia de “destino comum” do continente americano: a segurança nacional dos EUA dependia da segurança das nações latino-americanas, e vice-versa (PADRÓS, 2005). Diante deste axioma, a diplomacia norte-americana atuou para consolidar o sistema militar interamericano, através de mecanismos como o TIAR e a Junta Interamericana de Defesa, e aparatos político-diplomáticos, como a OEA (COMBLIN, 1980; PADRÓS, 2005; CERVO, 2007);
- b) geopolítica e centralidade da segurança nacional: para atingir o objetivo da Segurança Nacional, a DSN alarga o conceito de Geopolítica, utilizando-a como ferramenta de manutenção do Estado-nação dentro de um campo ideológico, antes mesmo do que para a conservação da posição geográfica da nação frente a outros Estados. Dentro do escopo da DSN, a Geopolítica acaba por relegar ao segundo plano o Direito e todas as Ciências Sociais, tornando-se central para a formulação da política externa e de Defesa da nação (VALDÉS, 1980);
- c) Objetivos Nacionais: classificados pela DSN como “independência, democracia, paz social, preservação de valores morais e espirituais, defesa da propriedade privada etc.” (PADRÓS, 2005, p. 198). No caso do Brasil, os Objetivos Nacionais eram definidos pela elite dirigente através do Conselho de Segurança Nacional (VALDÉS, 1980);
- d) povo, oposição e inimigo interno: de acordo com Valdés (1980), toda oposição à visão oficial era considerada subversiva, um ato de agressão. De acordo com a visão da DSN, aquele que se pretendesse opositor tornava-se, em realidade, inimigo interno do Estado e deixava de fazer parte do povo;
- e) fronteiras ideológicas: a DSN enxerga a cisão maniqueísta do sistema internacional durante a Guerra Fria como motivo para que as fronteiras políticas entre os Estados sejam reinterpretadas, de maneira que elas não impeçam a repressão transnacional

e, ainda, evitem a fuga e exílio de inimigos internos dos regimes de segurança nacional.

- f) novo conceito de guerra: o pensamento militar latino-americano transformava-se gradualmente, perdendo seu caráter nacional e de praticante da guerra convencional ao adotar “uma postura internacionalista de combate à ‘subversão’” (QUADRAT, 2005, p. 103). A resposta encontrada pelos militares para os movimentos guerrilheiros na região foi a utilização de técnicas não-convencionais aprendidas pelas Forças Armadas da França e dos Estados Unidos nas guerras de libertação da Argélia (1954-1962) e na Indochina (1947-1975) (QUADRAT, 2005; VALDÉS, 1980). A nova perspectiva francesa enxergava a guerra “[...] em todas as partes, porque o inimigo também estaria em todas as partes, em todas as atividades humanas. Sem regras, a tortura, [...] a contra-propaganda, a infiltração, etc seriam pontos fundamentais se quisessem vencer o inimigo” (QUADRAT, 2005, p. 104-105). Fica evidente, aqui, a conexão entre a derrota das decadentes forças coloniais nos conflitos prolongados do Terceiro Mundo com o contexto revolucionário do século XXI na América Latina.

Naturalmente, as relações internacionais do continente americano sofreram profundas alterações com a adoção de tais elementos sustentadores dos regimes de segurança nacional. Para além das atrocidades cometidas pelas ditaduras civis-militares dentro dos limites nacionais com seus próprios cidadãos, é importante ressaltar a intervenção deliberada de Estados-nação na política doméstica de seus vizinhos. Objeto deste trabalho, o caso do envolvimento do Brasil no golpe de Estado que derrubou o Presidente do Chile, em 1973, é emblemático. Por conta disso, será exposta a construção da DSN brasileira no capítulo a seguir e, particularmente, analisada a posição do Brasil na Guerra Fria interamericana durante a Administração Emílio Médici (1969-1974), período em que ocorreu o golpe chileno.

2.3.1 A Doutrina de Segurança Nacional do Brasil

Se a Revolução Cubana é considerada a maior referência para a esquerda latino-americana depois da Revolução Russa (1917), a queda de João Goulart constituiu um divisor de águas para o anticomunismo na América Latina. As conclusões das obras de Bandeira (2008), Tanya Harmer (2011; 2012) e Mila Burns (2016) convergem para a confirmação da hipótese de que tal acontecimento foi essencial para a mudança do curso da Guerra Fria

interamericana nos anos subsequentes, dado o peso político do Brasil e sua capacidade de influência na dinâmica securitária regional.

Uma amostra do novo papel ativista do Brasil se deu logo no ano seguinte à instauração do novo regime, com o envio de 1100 militares para campanha de intervenção na República Dominicana. O intuito da operação era depor o governo reformista de Juan Bosch, encerrar a guerra civil no país e apoiar a ascensão de um governo alinhado aos interesses da grande potência. Vale lembrar que todas as ações foram empreendidas sob coordenação dos EUA e respaldo legal da OEA (FERNANDES, 2009b). A fim de sintetizar a posição brasileira de “alinhamento automático” com os norte-americanos nos anos pós-1964, Mônica Hirst (2013) cita a célebre afirmação do embaixador brasileiro em Nova Iorque, Juraci Magalhães, para quem “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

Contudo, a maior contribuição brasileira para a Guerra Fria interamericana foi a adoção da DSN, oficializada em março de 1967 pelo Decreto-Lei nº 314 e reforçada em setembro de 1969 com o Decreto-Lei nº 898, conhecido como a Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 2017a, 2017b; VALDÉS, 1980). A DSN brasileira foi desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG) com base na doutrina de segurança norte-americana, uma vez que muitos oficiais brasileiros frequentaram instituições de treinamento militar dos EUA abertas aos oficiais estrangeiros, o que possibilitou o estabelecimento de canais de comunicação e influência entre as forças de repressão do continente. Ademais, o intercâmbio de conhecimento e a coordenação de visões entre os militares também ocorriam em reuniões de órgãos militares internacionais, como a Junta Interamericana de Defesa, criada ainda no contexto da II Guerra Mundial (MIGUEL, 2002; QUADRAT, 2005).

Capitaneada pelo General Golbery do Couto e Silva, a implantação da DSN no Brasil expressa o intuito da elite governamental de reprimir militantes comunistas, dissidentes políticos e todos aqueles que expressavam visão divergente da oficial (PADRÓS, 2005; VALDÉS, 1980). Contudo, fator importante para as relações internacionais do período foi a oposição ativa de exilados políticos em nações vizinhas, também estes considerados “inimigos internos” e passivos de repressão pela ditadura, mesmo estes estando além das fronteiras nacionais (FERNANDES, 2009b; MARQUES, 2011).

Do ponto de vista da legitimidade política e justificativa para tal, constitui-se um problema realizar operações diretas de repressão contra os chamados “inimigos internos” do Brasil fora das fronteiras nacionais. Contudo, isso se resolveu com a coordenação e cooperação entre os órgãos de repressão das ditaduras do Cone Sul, transnacionalizando a repressão e

minando as bases da rede de solidariedade internacional entre os opositores dos regimes autoritários (MARQUES, 2011).

Assumpção (2014) utiliza o conceito de “fronteiras ideológicas” para discutir a aplicação da DSN: na visão dos militares da ESG, a repressão não deveria respeitar os limites do Estado-nação, dado que opositores exilados também precisavam ser monitorados e suas ações controladas. Em contrapartida, havia também “inimigos internos” de ditaduras aliadas refugiados dentro das fronteiras brasileiras, tornando interessante a cooperação entre as ditaduras de segurança nacional na região com o objetivo da repressão de opositores políticos¹⁸.

À guisa de conclusão da subseção, cabe destacar a análise de Burns (2016, p. 191). Para a autora, “[...] o Brasil aparece como influência transnacional essencial para a onda de golpes militares que assolou o continente” através da contribuição para a formulação e internacionalização da DSN e, ainda, participando da preparação de golpes de Estado na região e consolidação dos novos regimes que a eles se seguiram. É importante destacar que o Brasil foi a primeira nação latino-americana a adotar a DSN, construindo um arcabouço jurídico-político (evidentemente controverso do ponto de vista democrático e de direitos humanos) para atuar com maior assertividade no seu entorno estratégico, particularmente em questões consideradas de segurança nacional, como será explanado a seguir.

¹⁸ O maior exemplo da cooperação entre os órgãos de segurança das ditaduras no Cone Sul foi a Operação Condor. Para saber mais sobre a operação, ver Padrós (2005).

3 BRASIL PÓS 1964: ALIADO CHAVE DO ANTICOMUNISMO NO CONE SUL?

Neste capítulo, será discutida a instrumentalização do Brasil como um aliado do combate ao comunismo no Cone Sul a partir de 1964, ano queda de João Goulart e instauração do regime militar brasileiro. Segundo Harmer (2011), o País não foi um simples peão da política externa estadunidense de oposição à expansão do pensamento comunista na região: pelo contrário, foi pró-ativo ao utilizar os recursos disponibilizados pelos norte-americanos para questões de segurança - treinamento militar, intercâmbio de informações, empréstimo de recursos financeiros dedicados, propaganda anti-terror – a fim de garantir os interesses da elite governante na esfera doméstica e evitar a ascensão de governos opositores no contexto internacional (HARMER, 2008, 2011).

Esta seção está estruturada em três partes, sendo a primeira a análise da política externa da Administração Médici (1969-1974) para a América Latina e a visão da Administração Nixon (1969-1974) sobre as possibilidades de atuação do Brasil no combate ao comunismo na região. Na segunda, são apontadas as convergências e divergências entre as duas posições dado o contexto interno brasileiro e as relações internacionais na região, projetos confrontados durante a visita do Presidente Médici ao Presidente Nixon, em dezembro de 1971, também analisada aqui. Na terceira parte do capítulo, por fim, é explorado o envolvimento brasileiro na queda de Salvador Allende e estabelecimento do regime de Augusto Pinochet no Chile, não sem antes fazer uma breve introdução do golpe de 11 de setembro de 1973.

3.1 O PROJETO BRASIL POTÊNCIA ATRAVÉS DA DIPLOMACIA DO INTERESSE NACIONAL

O general de exército Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência da República do Brasil, em outubro de 1969, com o intuito de construir o Projeto Brasil-Potência. Para o novo governo, isso se daria com o aumento da participação do Estado em setores estratégicos da economia, reforço da soberania nacional e revisão da posição relativa do País no sistema internacional (BANDEIRA, 2011). Nas palavras de Bandeira (2011, p. 160),

O que então o Brasil pretendia não era propriamente a mudança da ordem capitalista e sim de sua posição relativa na hierarquia dos poderes. Era alterar a correlação de forças, dentro dos marcos estruturais do sistema capitalista, de sorte que pudesse alcançar, em virtude do rápido desenvolvimento econômico e por meio do progresso científico e tecnológico, a condição de grande potência, que a vastidão do seu território e sua massa demográfica viabilizavam. Por essa razão, o governo de Médici continuou a resistir às pressões dos Estados Unidos (a União Soviética não dispunha de meios para fazê-las), sem assinar o Tratado de Não Proliferação das Armas

Nucleares, que institucionalizaria as desigualdades entre as nações, ao cristalizar as posições de poder na política mundial. A mesma percepção levou o regime autoritário a rechaçar as políticas de controle de natalidade e de combate à poluição de meio ambiente, propostas por instituições dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, com o argumento de que as grandes potências industriais nunca as adotaram, anteriormente, e as tentavam impor ao Brasil como forma também de conter o seu desenvolvimento.

A fim de alcançar maior prestígio no âmbito das relações internacionais na América Latina, a administração Médici recorreu ao binômio segurança–desenvolvimento, concedendo mais autonomia aos militares na tomada de decisão e, ainda, maior fatia do orçamento nacional para as Forças Armadas. Médici entendia como imprescindível o rápido crescimento econômico do País, uma vez que sua condição de potência emergente e contestadora da hierarquia de poder internacional somente se manteria com o respaldo da consolidação do poder nacional brasileiro (BANDEIRA, 2011).

Para o rápido crescimento econômico brasileiro, o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, entendia como necessária a utilização de poupança externa, investimento estrangeiro direto e assistência econômica internacional, além da concentração de renda e combate à inflação (SPEKTOR, 2009). Afortunadamente, a situação do mercado financeiro internacional mostrava-se bastante favorável, dada a grande disponibilidade de capital para empréstimos a juros baixos, o que permitiu o início da execução do projeto econômico elaborado (BANDEIRA, 2011).

Contudo, a política de endividamento externo mostrou-se insustentável em longo prazo, particularmente com os progressivos aumentos da taxa de juros internacional no início dos anos de 1970, visto que a contratação dos empréstimos se deu a juros flutuantes e seu pagamento comprometia cada vez mais o balanço de pagamentos brasileiro. Assim, rapidamente formou-se um ciclo vicioso, complicando a relação comercial do Brasil com seus principais parceiros econômicos, incluindo os EUA (BANDEIRA, 2011).

Apesar de estar na origem da questão da dívida externa brasileira, o chamado “milagre econômico” brasileiro concretizou-se entre 1968 e 1973, tendo a economia registrado crescimento médio de 11% a.a., expansão absoluta de 63%, variação positiva de 40% da renda *per capita* e redução pela metade da inflação, de 24,2% para 13,7% (SPEKTOR, 2009; BANDEIRA, 2011). Segundo Spektor (2009), somente o Japão havia alcançado níveis de crescimento mais elevados que os do Brasil no século XX até então, o que gerou comparações também com a recuperação da Alemanha no pós-guerra (BANDEIRA, 2011). Por essas e outras razões, discutidas a seguir, o Brasil de Médici mostrava-se como o maior aliado dos EUA na região, ainda mais no contexto de declaração da Doutrina Guam (VIZENTINI, 2004).

3.1.1 A Doutrina Guam e o Brasil

Em fins dos anos de 1960, a estrutura do sistema internacional pesava cada vez mais para seu hegêmona, os EUA. Sinais de crises no sistema internacional, como o conflito prolongado no Vietnã, a crise cambial que levou à saída unilateral daquele país do arranjo de Bretton Woods e as subseqüentes crises do petróleo na década de 1970 evidenciaram o enfraquecimento dos norte-americanos em relação ao pós-guerra (BRANDS, 2010).

Com isso, os debates sobre a política externa norte-americana nos círculos acadêmicos e políticos se voltavam para a ideia de declínio da hegemonia dos EUA no sistema internacional, particularmente no ano eleitoral de 1968 (SPEKTOR, 2009). Para alguns analistas, “[...] os Estados Unidos não tinham mais a capacidade de moldar o sistema internacional à sua imagem, como revelara o fracasso americano no Vietnã. Para muitos, tratava-se do ocaso do ‘século americano’” (SPEKTOR, 2009, p. 18). Apesar de minoritária, uma das escolas de pensamento da política externa norte-americana propunha uma solução inovadora para o eminente declínio de poder dos EUA: a estratégia conhecida como *delegação* (SPEKTOR, 2009). Tal proposta entendia que

A estabilidade internacional dependia menos de um conluio de grandes potências do que da existência de subsistemas regionais relativamente autônomos. A arquitetura do todo dependia da solidez das partes. Por isso, pregavam seus defensores, os Estados Unidos deveriam aproximar-se não dos soviéticos, mas de atores regionais capazes de ajudar a fortalecer o sistema de alianças anticomunistas que Washington gerenciava a nível planetário. [...] Uma política de associação com esses países seria benéfica para os Estados Unidos porque permitia a Washington controlar o sistema internacional sem intervenção direta e sem pagar os altos custos de ser polícia global (SPEKTOR, 2009, p. 18).

De fato, o principal ponto da campanha presidencial de 1968 era a resolução da guerra prolongada na Indochina, bem como da questão dos movimentos de contracultura e dos problemas do desemprego e inflação crescentes. Sobre a política externa, o vencedor da corrida para a Casa Branca, Richard Nixon, e seu assessor sobre assuntos de segurança, Henry Kissinger, propunham o gradual desengajamento das tropas norte-americanas da Indochina e a aposta na estratégia de delegação, sintetizada pela Doutrina Guam¹⁹ (1969) (SPEKTOR, 2009). Em suma, para a Doutrina,

[...] os aliados dos Estados Unidos passavam a assumir a responsabilidade em caso de agressão comunista. Em termos práticos, a declaração servia para justificar a retirada progressiva de tropas americanas do Vietnã. Também sinalizava que a estabilidade

¹⁹ Também conhecida como Doutrina Nixon.

internacional não seria mais sustentada por intervenções diretas dos Estados Unidos, mas por uma arquitetura alternativa, menos custosa e mais dependente da delegação de responsabilidades a grandes atores regionais (SPEKTOR, 2009, p. 20).

Importa aqui a avaliação do Sub-secretário de Estado dos EUA, Elliot Richardson, sobre o contexto internacional da enunciação da Doutrina. Segundo ele,

A política externa de Nixon, como eu entendo, é construída em primeiro lugar em uma consciência realista das mudanças no mundo que ocorreram na última década. Para fins do papel dos Estados Unidos, os mais importantes são: (a) a crescente capacidade e determinação de nações individuais para manter sua independência e integridade próprias; (b) a subordinação das ideologias a esses objetivos nacionais abrangentes; e (c) o reconhecimento de que os recursos econômicos e militares dos Estados Unidos, à luz das demandas domésticas concorrentes, não são tão ilimitados quanto pareceram uma vez (RICHARDSON, 2013).

Os estadistas latino-americanos perceberam o momento de dúvidas quanto à durabilidade da hegemonia dos EUA como oportuno para atuar com maior assertividade na região. Por um lado, Brands (2010) destaca as atividades do eixo formado pelo Chile de Salvador Allende, a Cuba de Fidel Castro e o Peru de Juan Velasco, que reforçaram sua política externa nacionalista anti-americana para resolver problemas de contestação e legitimidade doméstica. Por outro lado, mesmo o Brasil, maior bastião do conservadorismo no subcontinente, enxergava a emergência de uma “nova ordem global” (BRANDS, 2010; KISSINGER, 2009b). A construção do Projeto Brasil-Potência por meio da Diplomacia do Interesse Nacional de Médici encontrava respaldo no declínio do interesse norte-americano de intervenção direta pelo globo. A fim de reforçar sua soberania nacional,

Brasília desafiou Washington em questões como os limites do mar territorial e a compra de caças Mirage da França [...] Os líderes brasileiros se recusaram a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, argumentando que este regime ‘discriminatório’ não imporia um ‘equilíbrio justo’ entre as potências nucleares e não nucleares. Para a consternação de funcionários dos EUA, o Brasil posteriormente importou tecnologias para construção de reatores nucleares e enriquecimento de urânio da Alemanha Ocidental. O Brasil, anunciou o ministro das Relações Exteriores Antônio Azeredo da Silveira, deve alcançar ‘uma posição excelente no mundo’, livre de ‘caminhos da construção hegemônica do passado’ (BRANDS, 2010, p. 143, tradução nossa).

Hal Brands também cita o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Antônio Azeredo da Silveira, para quem o objetivo da política externa brasileira naquela ocasião era “forjar e moldar as oportunidades para o futuro, abrir nichos para uma ação mais abrangente e efetiva de um Brasil que cresce, e por essa mesma razão precisa de uma presença internacional maior” (SILVEIRA, 1975²⁰ apud BRANDS, 2010, p. 143, tradução nossa). Fica evidente, portanto, a

²⁰ Lecture delivered by Silveira, March 4, 1975, 20- BRA- 1-3, LAC.

associação de interesses entre a política de *delegação* da Doutrina Guam e as ambições brasileiras: para ele, o Brasil teria condições de assumir um “senso de responsabilidade local” (KISSINGER, 1969, p.95-96²¹ apud CATERINA, 2012, p. 2) no que concerne ao combate ao comunismo na América do Sul, uma vez que já era o país mais rico do subcontinente (CATERINA, 2012).

A ideia do Brasil como país-chave (termo que não fazia parte do vocabulário de política externa norte-americana antes da ascensão da dupla Nixon-Kissinger) surgia, juntamente com outros possíveis aliados regionais como Indonésia, Irã, Nigéria, Brasil, África do Sul, Zaire, Turquia e Paquistão (SPEKTOR, 2009). Foi nesse contexto que o Presidente Médici foi convidado a prestar visita oficial ao Presidente Nixon no Salão Oval da Casa Branca, gerando excitação, mas também cautela, na cúpula governamental brasileira (SPEKTOR, 2009).

3.1.2 A visita oficial de Emílio Médici a Richard Nixon em 1971

A visita oficial do Presidente Médici aos EUA, em dezembro de 1971, ficou marcada como um dos eventos mais importantes da diplomacia presidencial brasileira no período. Sobre esta reunião de cúpula, uma série de documentos desclassificados recentemente será exposta e analisada a seguir, o que contribui para a identificação de convergências e divergências entre as visões de Nixon e Médici acerca da política externa brasileira para o continente americano.

Apesar de haver convergência entre a política externa estadunidense e a aspiração brasileira de expansão de sua influência no sistema internacional e participação nos mercados latino-americanos, o contexto do convite para a reunião se deu em meio a alguns pontos de conflitos na relação entre as duas partes, que foram tratados no encontro (CATERINA, 2012; BANDEIRA, 2011; SPEKTOR, 2014). Os pontos a serem destacados aqui são:

- a) a contestação do Legislativo dos EUA acerca das alegações de violação de direitos humanos pela ditadura brasileira;
- b) o interesse do Brasil em desenvolver capacidade nuclear;
- c) a declaração de extensão do mar territorial brasileiro; e
- d) questões comerciais.

O discurso oficial dos EUA de defesa da liberdade e do direito dos homens e disseminação da democracia pelo mundo é, sem dúvida, uma das diretrizes mais marcantes da

²¹ KISSINGER, H. **Política externa americana**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1969.

política externa daquele país desde sua independência. Contudo, a estratégia de *delegação* da Doutrina Guam desconsiderou a priorização do respeito aos direitos humanos, dado que mesmo o decreto do Ato Institucional Nº 5, em 1968, e todas as decorrências deste, não impediram que o Brasil fosse escolhido para ser um dos parceiros especiais da potência norte-americana (SPEKTOR, 2009). Quanto a isso, contudo, foram realizadas audiências na Subcomissão de Assuntos Hemisféricos para investigar as alegações de violação de direitos humanos por parte do Estado brasileiro no ano de 1971, a fim de rever as políticas de assistência econômica e cooperação militar com o Brasil (NACHMANOFF; 2009; VAKY, 2009).

A resposta da Administração Nixon ao governo de Médici sobre essa questão foi de que os poderes Executivos e Legislativos do país eram independentes, ou seja, a questão humanitária não deveria constituir problema para a construção de uma parceria estratégica entre Brasil e EUA (UNITED STATES, 2009c; CATERINA, 2012). No entanto, um estudo sobre a revisão da política dos EUA para a América Latina estava em curso desde o ano anterior, sendo a questão humanitária um dos tópicos centrais. Os analistas envolvidos nessa tarefa propuseram duas linhas de ação para a revisão das relações americano-brasileiras, sendo elas a

- a) “dissociação do regime com base no argumento de que minimamente apoiado, autoritário e repressivo”; e
- b) “aceitação pragmática da situação e prática de uma postura de ‘lavar as mãos’ acerca de desenvolvimentos da política interna do Brasil” (UNITED STATES, 2009b, tradução nossa).

Nas palavras de Bandeira (2011, p. 167),

A administração de Nixon tinha simpatia política pelo regime autoritário, na medida em que este se empenhava em reprimir a esquerda e assegurava o clima favorável aos investimentos estrangeiros. A CIA, sem dúvida alguma, colaborou com os serviços secretos brasileiros, fornecendo-lhes informações, no combate às organizações de esquerda. E o Departamento de Estado, embora tivesse algumas vezes manifestado ao governo de Médici [...] sua preocupação com os informes sobre tortura de presos políticos, o fato é que as tolerou sob a alegação de que não podia avaliar as dificuldades do regime autoritário para conter atos de terrorismo, tais como assassinios, raptos, incêndios, roubos e assim por diante. Afinal, a questão do respeito aos direitos humanos [...] sempre foi uma “categoria residual” na política dos Estados Unidos *vis-à-vis* da América Latina. O próprio Nixon dizia não gostar de ditaduras, mas: “*We must recognize the difference between Communist dictatorships and non-Communist dictatorships.*”

[...] A diferença não era evidentemente moral, para Nixon e Kissinger, e sim econômica, uma vez que as ditaduras não comunistas asseguravam o lucro dos investimentos estrangeiros e a livre circulação dos capitais.

Outro objetivo da delegação brasileira na reunião de cúpula seria o equilíbrio das trocas comerciais entre as duas partes, dado que a gradual abertura comercial após o golpe 1964

acabou por prejudicar a balança comercial brasileira (BANDEIRA, 2011). Além do desequilíbrio da balança comercial, o Brasil sofria a ameaça da imposição de direitos compensatórios a alguns de seus produtos importados pelos EUA, como café solúvel, têxteis de algodão, além de calçados, bolsas e outros produtos que já haviam estavam sobretaxados (KISSINGER, 2009c). Tais taxas eram resultado dos *lobbies* econômicos da indústria norte-americana, pressão que o governo brasileiro buscava superar com a diplomacia presidencial (BANDEIRA, 2011).

Ademais, Médici recusou a aderência do ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, pois o acordo, segundo sua visão, congelaria a injustiça da distribuição de poder no sistema internacional, fortemente balizada pela posse de ogivas nucleares sua capacidade de entrega. Tal recusa permitiu, no ano de 1972, a compra de uma usina nuclear junto a companhia norte-americana Westinghouse, bem como a posterior negociação do Acordo Nuclear com a Alemanha (BANDEIRA, 2011). Por fim, cabe destacar a declaração da extensão do Mar Territorial do Brasil de três para 200 milhas náuticas, fato que está de acordo com a política de reforço da soberania nacional brasileira e impulsionou as negociações que culminaram na assinatura do Tratado do Mar, em 1973 (SPEKTOR, 2009; BANDEIRA, 2011).

Contudo, ao receber o convite para a visita oficial aos EUA, Médici decidiu fazer a visita sem encaminhar iniciativas concretas para resolução das áreas de conflito apresentadas. Ao resistir à formalização de qualquer acordo oficial com os norte-americanos, Médici buscava afastar do Brasil a possibilidade de atribuição do rótulo de subimperialista, ou país-chave dos EUA na América Latina. Sua intenção era, antes de mais nada, apresentar o Brasil como uma potência emergente, capaz de possuir maior poder de tomada de decisão em estruturas de governança internacional, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para tanto, sua ideia era criar laços pessoais com o Chefe de Estado norte-americano, demarcar a posição anticomunista do Brasil e reforçar o Projeto Brasil-Potência (SPEKTOR, 2009; BANDEIRA, 2011; KISSINGER, 2009b).

Em contraposição às divergências apresentadas anteriormente está o interesse comum de combate ao comunismo na região. Tal convergência é evidenciada pelos memorandos de transcrição das reuniões ocorridas durante a visita de Médici a Washington, entre 6 e 9 de dezembro de 1971, bem como por relatórios das mesmas. Na primeira reunião entre Médici e Nixon no Salão Oval da Casa Branca, no dia 7 de dezembro, o Presidente dos EUA se mostrou interessado no futuro da América Latina de maneira geral, referindo-se aos desenvolvimentos políticos da região. Nixon estava particularmente preocupado com as atividades dos montoneros na Argentina e dos tupamaros no Uruguai, bem como com o recente ganho de

espaço da Frente Ampla no cenário político uruguaio. Além disso, a necessidade de deposição do governo do socialista de Salvador Allende no Chile também teve centralidade na discussão entre os mandatários (KISSINGER, 2009a).

Acerca da situação na Argentina, Médici comprometeu-se a “falar francamente” com o Presidente Alejandro Lanusse, quando da sua visita ao Brasil, e prontamente enviar um parecer sobre encontro ao colega norte-americano (KISSINGER, 2009b). Quanto ao Uruguai, o Presidente do Brasil informou que estava empenhando esforços para evitar a eleição da esquerda no país, algo já sabido por Nixon. De fato, havia informações de que o Brasil estava preparando uma operação militar de invasão ao Uruguai, que poderia envolver a Argentina, caso a esquerda uruguaia chegasse ao poder nas eleições de 28 novembro de 1971 – a chamada Operação Trinta Horas, intitulada dessa forma em virtude do tempo estimado para a invasão e ocupação de Montevidéu (BANDEIRA, 2008; PADRÓS, 2005).

Apesar de Nixon estar ciente e não endossar a possibilidade de intervenção militar direta do Brasil no Uruguai, a operação não foi mencionada durante os quatro dias da visita de Médici (KISSINGER, 2009a, 2009b). Cabe ressaltar que o Presidente dos EUA não estava ciente de todas as ações brasileiras de combate a governos opositores: Nixon surpreendeu-se quando soube de Médici que o Brasil estava dando assistência ao governo do general boliviano Hugo Banzer, líder do golpe que derrubou o General Juan José Torres em agosto de 1971 (KISSINGER, 2009a). De acordo com Padrós e Simões (2013, p. 236),

A queda deste mandatário era desejada pelo Brasil, que, por isso, auxiliou a burguesia de Santa Cruz de la Sierra, epicentro do movimento golpista liderado pelo general Hugo Banzer. O Brasil deslocou tropas até essa fronteira, permitindo a passagem de armas e aguardando o desfecho dos acontecimentos; uma das alternativas vislumbradas, em caso de indefinição dos acontecimentos, consistia no apoio a um movimento separatista liderado por Santa Cruz de la Sierra. A partir do desfecho dos acontecimentos na Bolívia e da consolidação da ditadura de Banzer, a Bolívia passou a receber inúmeros investimentos brasileiros, o que a tornou refém das pretensões hegemônicas do Brasil.

Em reunião com a delegação brasileira na Blair House, no dia 8 de dezembro, em que estavam presentes também o Major General do Exército dos EUA, Vernon Walters, e o funcionário do Conselho de Segurança Nacional, Arnold Nachmanoff, Kissinger explicita a perspectiva da Administração Nixon sobre o papel do Brasil na América Latina. Com a colocação a seguir, o estadista demonstra a intenção do governo Nixon de atrair o Brasil para a política de *delegação* da Doutrina Guam, em que os EUA apoiariam a atuação brasileira quando fosse de seu interesse, o que reduziria os custos do exercício da hegemonia norte-americana na América Latina (CRANDALL, 2011). Segundo Kissinger, portanto,

Em resposta à pergunta do embaixador Castro, o Dr. Kissinger afirmou que uma grande relação com a América Latina é fundamental para o nosso conceito de política externa, e uma relação particularmente estreita com o Brasil também é fundamental (...). Ele sente que este é um momento em que os Estados Unidos particularmente precisam do conselho e da cooperação dos maiores e mais importantes nações América do Sul. Em áreas de interesse mútuo, tais como as situações no Uruguai e na Bolívia, a cooperação estreita e abordagens paralelas podem ser muito úteis para nossos objetivos comuns. Ele sente que é importante que EUA e Brasil tenham coordenação nesse sentido, para que o Brasil faça algumas coisas e nós façamos outras pelo bem comum (UNITED STATES, 2009a, p. 3, tradução nossa).

Tal declaração encontra eco na posição de Nixon durante uma segunda reunião com Médici, em 9 de dezembro, na Casa Branca. Ao ser consultado pelo Presidente norte-americano sobre a capacidade das Forças Armadas chilenas de derrubar Allende, Médici “sentia que sim, adicionando que o Brasil estava realizando intercâmbios de oficiais com os chilenos e deixando claro que o Brasil estava trabalhando para este fim (...)” (KISSINGER, 2009b, p.5, tradução nossa). Evidentemente, Nixon mostrou satisfação com a resposta, acrescentando que poderia auxiliar o Brasil na empreitada de apoiar a deposição do governo chileno (até mesmo com dinheiro), desde que de maneira discreta e sem envolver diretamente o governo norte-americano (KISSINGER, 2009b). Não se sabe, todavia, se houve alguma parceria sólida entre os dois governos nesse sentido (CRANDALL, 2011).

Apesar de estar de acordo com a aspiração do Brasil de exercer maior influência no continente, a delegação de parte da função de política da América Latina para os brasileiros era vista com desconfiança por oficiais das Forças Armadas do Brasil. Por exemplo, o pensamento do General Vicente Dale Coutinho, Comandante da 4ª Região do Exército Brasileiro, era de que os EUA tinham o intuito de fazer o Brasil executar seu “trabalho sujo”, entendendo a intenção norte-americana como desvantajosa para os militares brasileiros (CUSHMAN, 2009).

A análise dos memorandos das reuniões permite concluir que Médici estava empenhado em demonstrar a capacidade do Brasil em atuar como líder da América do Sul em seu governo. Além de explicar a atuação brasileira na Bolívia, no Chile e no Uruguai, o Presidente do Brasil expôs para Nixon como ele resolveu um desacordo com o Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, acerca da construção da usina hidrelétrica de Itaipu:

[...] o presidente Médici afirmou que havia encontrado originalmente o presidente Stroessner do Paraguai com um humor anti-boliviano e determinado a não dar nada aos bolivianos. O Brasil estava prestes a empreender uma gigantesca barragem hidroelétrica no rio Paraná. Como o rio era na fronteira com o Paraguai, eles participariam disso. O Brasil colocaria o dinheiro da barragem que produziria doze milhões de quilowatts. [...] O Paraguai tinha direito a seis milhões, o que era bem mais do que (o país) poderia usar num futuro distante. [...] Ele finalmente trouxe o presidente Stroessner para a ideia de disponibilizar (uma parte da eletricidade) para a Bolívia ao apontar que, se a Bolívia não fosse ajudada, ela sem dúvida viraria

comunista e receberia grandes auxílios das potências comunistas, incluindo a armas, e então ela poderia tentar reverter o resultado da Guerra do Chaco. Stroessner finalmente viu a sabedoria desse argumento. . . O presidente [Nixon] indicou que ficou muito satisfeito ao ouvir isso (KISSINGER, 2009b, p.5, tradução nossa).

Chama atenção também a visão de Médici sobre a relação entre a Guerra Fria global e as revoluções na América Latina, exposta a seguir. Da análise desta perspectiva, depreende-se que o mandatário brasileiro buscava reconhecimento dos EUA quanto ao papel do Brasil de fiel da balança para a estabilidade regional, merecendo tratamento especial de potência emergente aliada. Mais ainda, o continente americano deveria ocupar maior espaço na formulação da política externa de Nixon, tendo maior participação na destinação de assistência econômica dos EUA (HARMER, 2015). Transmitir essa mensagem era, afinal, o grande objetivo da missão brasileira em Washington naquela ocasião. De acordo com a transcrição da reunião entre Nixon e Médici no dia 7 de dezembro,

O presidente Médici continuou dizendo que sentia que tanto os EUA quanto o Brasil deveriam fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para ajudar os outros países da América do Sul. Não acreditava que os soviéticos ou os chineses estivessem interessados em prestar assistência aos movimentos comunistas desses países; eles sentiram que o comunismo viria por si só por causa da miséria e da pobreza nesses países (KISSINGER, 2009a, p. 3, tradução nossa)

Um dos poucos encaminhamentos da visita oficial partiu da proposta de Nixon de estabelecimento de um canal de comunicação secreto entre os dois presidentes por meio de seus assessores privados. Conforme alegado por Nixon, esse canal facilitaria a coordenação de ações de combate ao comunismo na América Latina, o que foi prontamente aceito por Médici. O indicado pelo presidente dos EUA para tal fim foi seu assessor particular, Henry Kissinger, enquanto o chanceler Mário Gibson Barbosa e o Coronel Manso Neto foram os indicados para compor a parte brasileira (KISSINGER, 2009a)

Entende-se que as recentes desclassificações dos documentos norte-americanos analisados auxiliam na compreensão da formulação da política externa brasileira da época, apesar de não conclusivas quanto à cooperação concreta entre os dois atores nas questões apresentadas. Sua observação, contudo, contribui para a compreensão da visão brasileira sobre os desdobramentos políticos em seu entorno e, ainda, introduz o pensamento de Médici ao participar da derrubada de Salvador Allende e a formação do regime pinochetista, quase dois anos depois.

3.2 CHILE, 11 DE SETEMBRO DE 1973

As razões que levaram as Forças Armadas do Chile a derrubar o governo democraticamente eleito de Salvador Allende já foram bastante exploradas pela literatura, seja ela local ou estrangeira. Mais ainda, os pormenores da intervenção norte-americana no jogo político chileno desde meados da década de 1960 até o golpe de 1973 foram vastamente analisadas por observadores locais, como Uribe (1973), em obras de historiadores contemporâneos, como Harmer (2008, 2011) e Bandeira (2008), e até mesmo documentadas em relatório do Senado dos EUA, conhecido como *Church Report* (UNITED STATES, 1975).

Por conta disso, nesta seção será dado enfoque para a o envolvimento do Brasil na queda de Allende e estabilização do regime de Augusto Pinochet, objeto deste trabalho. Antes disso, todavia, faz-se necessária uma breve contextualização do panorama político-social chileno às vésperas do golpe de Estado de 1973, considerado o acontecimento de maior importância para as relações internacionais latino-americanas desde Revolução Cubana (ÁVILA, 2014; MARQUES, 2011).

3.2.1 Breve introdução

Após três tentativas fracassadas de ascender à Presidência desde as eleições de 1952, o senador Salvador Allende Gossens, líder do Partido Socialista, elege-se presidente do Chile em um cenário de contestação do governo conservador de Eduardo Frei, bem como de fracionamento da direita e de união da esquerda, entre partidos tradicionais, sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais (MARQUES, 2011). Apesar da vitória legítima em setembro de 1970, a posse de Allende foi conturbada, envolvendo a tentativa de sequestro seguida de morte do comandante-em-chefe das Forças Armadas chilenas, o general René Schneider, em 20 de outubro de 1970. O intuito da operação, orquestrada pela Agência Central Inteligência dos EUA (CIA) e executada por opositores de Allende, era atribuir o sequestro a militantes de esquerda a fim de criar um pretexto para a não ratificação do resultado eleitoral pelo Senado. Mesmo que à contragosto dos parlamentares, o candidato da Unidade Popular (UP) acabou empossado (BANDEIRA, 2008; QUADRAT, 2005).

No governo, Allende priorizou efetivar a reforma agrária e a nacionalização de setores da economia, como de mineração de cobre, salitre, carvão e ferro, assim como parte dos setores manufatureiro, bancário e de comunicações (BANDEIRA, 2008). Cabe salientar que no primeiro ano de administração do novo governo houve drástico corte na taxa de juros, de 24%

para 9% em certos casos, e triplicação do volume de empréstimos concedidos, de 8 milhões para 26,9 milhões de pesos (BANDEIRA, 2008). Contudo, tais medidas aumentaram o meio circulante em pelo menos 125%, contribuindo para a elevação dos níveis da demanda agregada da economia nacional, ao passo que a capacidade de oferta agregada não se acompanhava o aumento do poder de compra da população, fatores que fundamentaram o crescimento das taxas de inflação dos anos seguintes (BANDEIRA, 2008).

Para agravar a situação, parte da classe burguesa e de proprietários rurais, insatisfeita com as expropriações governamentais, reagiu com uma política de desabastecimento de produtos básicos, o que levou ao aumento do volume de importações nacional, progressivo desequilíbrio da balança comercial do país e queima de reservas internacionais. A situação político-econômica chilena caminhava para a insustentabilidade, seja em virtude do boicote da classe burguesa nacional, da guerra psicológica dos opositores internos com apoio da CIA, por equívocos do plano de governo ou estrangulamento financeiro externo deliberado (BANDEIRA, 2008). Cabe destacar a eclosão de manifestações populares, como a “marcha das panelas vazias”, articuladas em geral por setores da classe média e famílias de militares, assim como de greves patronais e de profissionais dos setores de transportes, indústria, varejo e de serviços (AVILA, 2012; QUADRAT, 2005). Por outro lado, também foram registrados atos de militantes, operários e estudantes defensores do governo de Allende (MARQUES, 2011; BANDEIRA, 2008).

Questões como essas tornavam crítico o quadro nacional como um todo, inviabilizando a construção da via chilena para o socialismo e deixando o país à beira da guerra civil (BANDEIRA, 2008). Um ensaio do golpe de setembro ocorre em junho de 1973, quando da fracassada tentativa de derrubada do governo por alguns poucos militares, conhecida como *tanquetazo*. A sublevação, apesar de obter pouca aderência dos oficiais, contribuiu para construir o clima de contestação e, finalmente, o bombardeio do Palácio de La Moneda, em 11 de setembro de 1973 (BANDEIRA, 2008). A quebra do jogo político democrático e o fim da tradição dos militares chilenos de não intervenção na política civil, até então consolidada pela Doutrina Schneider²², resultou no estabelecimento de um dos regimes de segurança nacional mais repressivos do Cone Sul, além da morte do presidente Salvador Allende no palácio presidencial (BANDEIRA, 2008).

²² Nas palavras de Bandeira (2008, p. 136), “[a] chamada doutrina Schneider consolidava o preceito, segundo o qual o Exército [...] era uma instituição apolítica e não deliberante, obediente ao Poder Civil e respeitosa da Constituição e das leis da República e que, portanto, não lhe correspondia intervir nem se pronunciar sobre atos eleitorais”.

3.2.2 O envolvimento do Brasil no golpe de Estado chileno e na estabilização do novo regime

Não há dúvidas de que a maior intervenção estrangeira na política doméstica chilena partiu dos EUA: a tese central da obra seminal de Luís Alberto Moniz Bandeira (2008) é de que os norte-americanos aclimataram, deliberadamente, a atmosfera do caos sócio-político no país a partir da eleição de Salvador Allende a fim de evitar sua ratificação pelo Senado chileno e, posteriormente, sua deposição. No entanto, a hipótese central deste trabalho é de que o Brasil também contribuiu de forma relevante para a derrocada do projeto de socialismo democrático no Chile e consequente estabelecimento do regime de Augusto Pinochet. Tais contribuições podem ser agrupadas nos seguintes tópicos:

- a) associação do regime brasileiro a setores da direita golpista chilena;
- b) assistência política, diplomática e econômica;
- c) fornecimento de informação militar estratégica;
- d) cooperação entre órgãos de repressão e monitoramento chilenos e brasileiros;
- e) ajuda humanitária;

A fim de compreender o porquê da intervenção brasileira no golpe de Estado chileno, é preciso vislumbrar o cenário da segurança nacional e regional à época. O contexto interno do Brasil era de consolidação da DSN, de maneira que a segurança doméstica de seus vizinhos era particularmente importante para a cúpula militar dirigente. Tendo em vista que o panorama da segurança no Cone Sul em fins dos anos de 1960 e início da década seguinte é de confrontação dos governos da Argentina e do Uruguai com guerrilhas urbanas revolucionárias, quais sejam os motoneros e os tupamaros, respectivamente, o regime brasileiro tinha motivações concretas para tal preocupação (HARMER, 2015).

Portanto, não surpreende que a vitória democrática da UP em setembro de 1970, portadora de um programa de governo declaradamente socialista, tenha preocupado a administração de Emílio Médici e o Itamaraty, particularmente. Relatório do Centro de Informações Exteriores do Itamaraty (CIEEX) aponta que

[...] o governo de Allende era ilegítimo, pois não havia sido eleito com a maioria dos votos. Sendo assim, de acordo com o Itamaraty, justificava-se a intervenção externa realizada contra o presidente deposto. Além disso, o CIEEX reconhecia o novo governo e destacava a necessidade de diálogo entre os dois países, o qual havia sido rompido pelo “governo marxista de Allende” (PRADO, 2017, p. 69).

Preocupou, também, o governo dos EUA, que desde o início dos anos de 1960 financiava candidatos de direita no Chile, momento em que as sucessivas candidaturas do senador Allende à presidência da república tornam-se mais consistentes (BANDEIRA, 2008). Dessa preocupação comum resulta a aproximação entre Brasil e EUA com o reatamento das relações diplomáticas entre Chile e Cuba logo após a posse de Allende, a fim de evitar que tal iniciativa chilena fosse seguida por outros governos latino-americanos (HARMER, 2015). A fim de acurar a importância da vitória da UP para a alteração da visão dos norte-americanos sobre o peso do Brasil nas relações internacionais latino-americanas, Tanya Harmer recorre a uma análise da Embaixada dos EUA no Brasil, de janeiro de 1971. Segundo o documento,

O interesse fundamentalmente mais importante dos EUA no Brasil é a proteção da segurança nacional dos EUA através da cooperação do Brasil como aliado hemisférico... O perigo representado pelos recentes acontecimentos no Chile e na Bolívia (onde um líder militar nacionalista de esquerda acabou de tomar o poder) estabelece uma ameaça à segurança hemisférica que não existia em qualquer lugar próximo a esse nível no ano passado. A manutenção, portanto, do Brasil como aliado potencial em assuntos de segurança hemisféricos pode ser de interesse crítico para os EUA ... (HARMER, 2015, p. 9 *apud* Country Analysis and Strategy Paper, CASP, 1971²³)

Nesse sentido, a ativa participação brasileira no golpe chileno é um exemplo claro da aplicação dos princípios de combate ao “inimigo interno”, mesmo que este residisse no exterior, e de delimitação das “fronteiras ideológicas”, fundamentais para a DSN (BANDEIRA, 2008; PADRÓS, 2005). No tocante à associação do regime a setores da direita golpista chilena, cabe destacar a concessão de asilo na Embaixada brasileira em Santiago a integrantes do grupo paramilitar de oposição *Pátria y Libertad* envolvidos no *tanquetazo*, em junho de 1973. Mais ainda, a mesma organização também recebeu carregamentos de material bélico e recursos financeiros de empresários brasileiros como forma de contribuição para a derrubada do governo, o que demonstra inclusive a participação civil do Brasil na preparação do golpe chileno (PADRÓS, 2013; BANDEIRA, 2008).

O ponto de contato entre o regime brasileiro e a oposição chilena era o Embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Cândido da Câmara Canto, famoso pelo seu fervoroso anticomunismo e defesa da derrubada de Allende por meio de intervenção das Forças Armadas chilenas. O Embaixador era amigo pessoal e parceiro de equitação de alguns dos militares golpistas, o que lhe conferiu fama de quinto membro da Junta Militar após o golpe, dada sua capacidade de influência na alta cúpula militar (BANDEIRA, 2008). O acesso de Câmara Canto

²³ Country Analysis and Strategy Paper (CASP), 30 November 1970, enclosure, Airgram, Ambassador William Rountree to Department of State, 19 January 1971, box 2136/RG59/NARA.

aos círculos de tomada de decisão dos opositores chilenos permitiu seu prévio conhecimento sobre os planos dos golpistas locais e da CIA para evitar a posse de Allende, informações prontamente enviadas ao chanceler Mário Gibson Barbosa e à Presidência da República (BANDEIRA, 2008).

No que concerne o compartilhamento de informações estratégicas com os oficiais insurretos, cabe destacar a recepção pelo governo brasileiro de Roberto Kelly, almirante reformado da Marinha do Chile, em meados de agosto de 1973. A missão secreta de Kelly era sondar os órgãos de inteligência de Brasília acerca da possibilidade de intervenção do Peru no golpe, que poderia aproveitar o momento para reaver territórios perdidos para o Chile durante a Guerra do Pacífico. O almirante teria voltado para Santiago com o sinal verde dos colegas brasileiros, o que concedeu maior segurança para a oposição chilena desencadear o golpe, pelo menos do ponto de vista da possível movimentação de tropas intervencionais na sua fronteira (HARMER, 2011).

Segundo Bandeira (2008), o governo de Emílio Médici decidiu não envolver a diplomacia brasileira diretamente nos preparativos do 11 de setembro de 1973. A assistência político-diplomática mais relevante concedida pelo do Brasil à Junta Militar chilena foi uma consultoria sobre o reconhecimento diplomático de outras nações. Uma série de pontos foi apresentado por Brasília para Santiago, a fim de facilitar a legitimação internacional do novo regime, que foi seguida à risca:

- a) garantia do controle territorial;
- c) relação de nomes que compunham o primeiro escalão do governo;
- d) garantia de respeito aos compromissos internacionais (BANDEIRA, 2008, p. 553).

Assim que estes pontos foram cumpridos, o Brasil reconheceu o regime pinochetista, em 13 de setembro, tornando o governo de Médici muito bem-quisto pelos chilenos por ser o primeiro a fazê-lo (BANDEIRA, 2008). Ainda no quesito de suporte político, a ditadura brasileira também promoveu a censura a jornais nacionais sobre os acontecimentos em Santiago, a fim de evitar o fomento da condenação do novo regime na cena internacional (BANDEIRA, 2008).

Outro fator essencial para a consolidação do novo governo foi a assistência econômica advinda do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo (BANDEIRA, 2008; QUADRAT, 2005). Harmer (2015) e Bandeira (2008) destacam o envio de uma delegação chilena para Brasília, em outubro de 1973, com o objetivo de arrecadar fundos para a gestão do país, necessários para o pagamento de salários, compra de consumíveis,

etc. No total, estima-se que o governo de Médici tenha desembolsado US\$ 200 milhões em empréstimos, subvenções e doações para o regime pinochetista, entre créditos para compra de produtos brasileiros (i.e. ônibus e açúcar), reservas internacionais e um acordo de renegociação da dívida chilena com o Brasil. Além disso, logo após o pronto reconhecimento diplomático do novo regime, o governo brasileiro enviou 70 toneladas de remédios e gêneros alimentícios para Santiago embarcados em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) (BANDEIRA, 2008). Boa parte da carga, classificada como ajuda humanitária e identificada com os escritos “contribuição do Brasil à revolução chilena”, teve como destino o Estádio Nacional (QUADRAT, 2005).

O Brasil também contribuiu para a repressão a cidadãos brasileiros asilados no Chile. Enquanto outras embaixadas em Santiago acolheram asilados de diversas nacionalidades, a Embaixada brasileira negou assistência a milhares brasileiros residentes no país. Em conjunto com o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), cooperou com a repressão da Junta Militar chilena, ao informar quais asilados brasileiros estavam em que Embaixadas (PADRÓS, 2015). De acordo com Marques (2011), o Chile de Allende foi o principal destino dos exilados políticos da ditadura brasileira. Guiada pela DSN, era imprescindível para Brasília o monitoramento das atividades dos mesmos, dadas as possibilidades de articulação com grupos residentes no Brasil, fomento da opinião pública internacional contra a violação de direitos humanos em solo brasileiro ou mesmo retorno para o Brasil (QUADRAT, 2005).

No Chile, assim como em outros país do Cone Sul e da Europa, os chamados “inimigos internos” do Brasil eram monitorados pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX) desde 1966, setor do Itamaraty que atuava em cooperação com o Serviço Nacional de Informações (SNI) (MARQUES, 2011; PENNA FILHO, 2009). De acordo com Quadrat (2005), a estrutura do CIEX era pequena, enquanto o número de brasileiros em solo chileno era grande, equação que foi resolvida por meio de cooperação com órgãos de inteligência policiais e militares chilenos. Um exemplo dessa cooperação foi o envio de oficiais brasileiros para o Estádio Nacional do Chile, transformado em local de confinamento e tortura de perseguidos políticos pela Junta Militar, para interrogar e torturar brasileiros. Dentre as mais de 4 mil pessoas presas no Estádio, estima-se que pelo menos 50 eram brasileiras (BANDEIRA, 2008; QUADRAT, 2005). Quadrat (2005) avalia que foram seis os brasileiros mortos no Chile em decorrência direta da repressão:

Figura 1 - Tabela
Tabela 1 - Brasileiros mortos no Chile

Nome	Data	Circunstâncias
Antenor Machado dos Santos	10/11/1973	Fuzilado por Carabineiros.
Jane Vanine	06/12/1974	Morta por agentes chilenos da <i>Dirección de Inteligencia Nacional</i> (DINA) na cidade de Concepción.
Luís Carlos de Almeida	14/09/1973	Preso em sua residência, levado para ponte sobre o rio Mapocho e fuzilado.
Nelson de Souza Kohl	15/09/1973	Preso pela Força Aérea Chilena e nunca mais visto.
Tulio Roberto Cardoso Quintiliano	12/09/1973	Testemunhas apontam que teria sido fuzilado no Regimento Tacna.
Wanio José de Matos	16/10/1973	Faleceu sem atendimento médico no Estádio Nacional.

Fonte: Adaptado de Quadrato (2005, p. 139).

Cabe ressaltar aqui que a cooperação entre órgãos de inteligência chilenos e brasileiros persistiu mesmo após a consolidação do regime de Pinochet: houve o envio de informações do Itamaraty para Santiago acerca de exilados chilenos e suas atividades no bloco soviético, dada a maior presença diplomática brasileira nessa região, bem como o estabelecimento de programas de treinamento sobre técnicas de tortura e contra-insurgência (HARMER, 2011, 2015).

Como resultado do apoio brasileiro à ascensão dos militares chilenos ao comando político de seu país, houve uma aproximação entre Brasil e Chile, até mesmo por conta da afinidade ideológica dos dois regimes e possibilidades de atuação conjunta na região. O ponto alto da relação bilateral se deu com a visita de Augusto Pinochet à Brasília, por ocasião²⁴ da inauguração da Presidência de Ernesto Geisel, em março de 1974, que configurou a primeira missão internacional do Presidente chileno. Geisel, contudo, procurou dissociar-se do regime de Pinochet, tido como brutal demais até mesmo para a ditadura brasileira e inconveniente para o projeto de abertura do regime (HARMER, 2013, 2015; QUADRAT, 2005). Acerca desse tópico, cabe destacar a importante avaliação de Harmer:

²⁴ Onde encontravam-se também Alfredo Stroessner, Hugo Banzer e Juan María Bordaberry, ditadores do Paraguai, Bolívia e Uruguai, respectivamente (HARMER, 2015)

[...] no final de 1974 e 1975, o Brasil já não parecia tão predisposto a ajudar economicamente ou financeiramente como tinha feito imediatamente após o golpe. Certamente, após o golpe chileno, o comércio bilateral entre os dois países duplicou; o Chile comprou seis aeronaves brasileiras e o Brasil tornou-se o principal mercado chileno de cobre. No entanto, o embaixador dos EUA em Brasília, John H. Crimmins, observou que os chilenos estavam "frustrados" com o Brasil. O regime de Geisel era simpático em geral, mas tomava cuidado para não muito perto da ditadura fanática do Chile, especialmente porque os chilenos [...] não deram resposta quando Brasília sugeriu que Santiago deveria aprimorar sua imagem internacional na área dos direitos humanos. Por volta de 1975, os diplomatas dos EUA também tiveram que admitir que a assistência brasileira acabou por ser mais "limitada" e "menor" do que os chilenos esperavam inicialmente (2015, p. 21, tradução nossa).

Os fatos apontados nesta subseção não deixam dúvidas sobre a realidade da participação brasileira no golpe que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Ademais, permitem concluir que a atuação do Brasil no Chile passou por vários patamares governamentais, desde a cúpula (como explicitado pelas intenções de Médici em sua reunião com Nixon, em 1971) até as ações dos agentes dos órgãos de repressão e da diplomacia brasileira. Assim, pode-se afirmar que a intervenção do Estado brasileiro na política chilena foi um dos emblemas da guerra fria particular travada pelo Brasil no Cone Sul contra movimentos e governos de esquerda na região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, fica claro que a América Latina foi um palco único da disputa da Guerra Fria. Por um lado, a distância geopolítica e incapacidade (ou desinteresse) de projeção de poder da URSS sobre a região e, por outro, a hegemonia dos EUA no hemisfério ocidental - reforçada com a reestruturação do sistema interamericano de relações internacionais após a II Guerra Mundial- contribuíram para que conflitos como os ocorridos no Vietnã e na Coreia não se efetivassem na América Latina. Isso não quer dizer, contudo, que a região não participou da dinâmica verdadeiramente global da bipolarização do sistema internacional.

O sucesso da Revolução Cubana, seguida da ameaça soviética representada pela Crise dos Mísseis, inseriu de vez os latino-americanos no contexto da Guerra Fria. De fato, os acontecimentos em Cuba criaram uma nova perspectiva para a região ao promover maior fracionamento político interno, polarização diplomática e acirramento das variadas formas de contestação popular (agora sob a liderança da bandeira comunista). Pode-se concluir, portanto, que a Guerra Fria em sua forma interamericana se mostrou peculiar e complexa, contendo inúmeras faces além do elemento de embate entre conservadores e revolucionários, como a tradicional disputa pelo poder tradicional, a progressiva busca por descolonização e autonomia dos latino-americanos (ao mesmo tempo em que barganhavam por auxílio norte-americano) e a incessante perseguição da modernização nacional do subcontinente.

Se, por um lado, a Revolução Cubana e os movimentos inspirados por ela foram expoentes do comunismo na América Latina, os regimes de segurança nacional baseados na DSN foram o fundamento da contra-insurgência na região. Apoiados pelos EUA desde a deposição de João Goulart, os militares brasileiros acabaram por dar uma grande contribuição para o combate ao comunismo na América Latina ao reformular os conceitos de geopolítica e estratégica, implementar os novos conceitos de “fronteiras ideológicas” e “inimigo interno”, assim como transformar o pensamento de atuação das Forças Armadas. Apesar de cada país possuir suas idiossincrasias e conseqüentemente necessitar de um arcabouço jurídico-político próprio para a repressão de subversivos, a variante brasileira da DSN foi estudada e adotada como referência pelos oficiais latino-americanos comandantes dos golpes das décadas de 1960 e 1970, engendrando a transnacionalização da repressão e enfraquecimento das bases da rede de solidariedade internacional entre os opositores dos regimes autoritários no Cone Sul.

No entanto, as contribuições da ditadura civil-militar brasileira não se restringiram à formulação da DSN. Conclui-se também que o Brasil buscou expandir sua liderança na região durante o governo de Emílio Médici, favorecido internamente pelo “milagre econômico”

brasileiro, de fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, e respaldado pela Doutrina Guam no contexto internacional. Assim, a ditadura brasileira pôde atuar para a derrubada de governos desfavoráveis ou evitar a ascensão de partidos de esquerda, como na Bolívia, no Chile e no Uruguai.

O caso prático emblemático dessa convergência de interesses entre EUA e Brasil é o da queda de Salvador Allende e estabelecimento do governo de Augusto Pinochet no Chile, em 1973. Remetendo ao problema síntese da pesquisa, conclui-se que a participação brasileira na preparação e execução do golpe de Estado chileno e na consolidação do governo golpista se deu principalmente através de assistência política e diplomática, concessão de crédito, ajuda humanitária, cooperação para repressão e tortura de exilados brasileiros, fornecimento de informação militar estratégica e associação a grupos da direita radical do país.

Considera-se confirmada a hipótese central do trabalho de que o Estado brasileiro foi um dos principais atores da Guerra Fria na América Latina, uma vez que o Brasil atuou de forma proativa para o combate ao comunismo na região após o golpe de 1964. Ademais, a hipótese de que o regime militar brasileiro evitou agir abertamente para a deposição de Allende também se confirma, dado que a Administração de Médici se limitou às supracitadas contribuições para a estabilização do regime de Pinochet, muito mais do que para a deposição de Allende (apesar de também ter atuado nesse sentido). Contudo, se comparada com a intervenção dos EUA nos acontecimentos políticos no Chile nas décadas de 1960 e 1970, as contribuições brasileiras são ofuscadas, dada a quantidade de recursos dispendida pelos norte-americanos na obsessiva perseguição aos comunistas na região.

Apesar de ser impossível projetar quais teriam sido os desdobramentos da política doméstica do Chile em caso do não envolvimento estrangeiro, pode-se considerar que a atuação do Brasil na América Latina durante o governo de Emílio Médici, respaldada pela DSN brasileira, foi de grande relevância para a Guerra Fria interamericana e, particularmente, para a repressão dos “inimigos internos” do Estado brasileiro. Em decorrência disso, a ditadura militar no País fortaleceu-se, logrando também dar a alternativa para o Presidente Ernesto Geisel não precisar liderar e se envolver profundamente na Operação Condor, por exemplo.

Deste estudo, depreende-se também que o histórico princípio de não intervenção do Brasil em assuntos de seus vizinhos de fronteira nem sempre foi seguido à risca. Pelo contrário, a geopolítica do poder na América Latina foi acirrada pela Guerra Fria global, evidenciando a imbricação das políticas interna, externa e de Defesa brasileiras neste período. O Brasil, ao lutar sua Guerra Fria particular, mostrou que pode, se for de seu interesse, atuar no exterior contra a

vontade de um povo estrangeiro, à revelia dos direitos humanos universais, utilizando até mesmo as estruturas do Ministério das Relações Exteriores, como no caso estudado.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- APARICIO, F.; FERREIRA, R. Pablo Neruda y una estadía signada por la vigilancia policial. In: HARMER, T.; SEGOVIA, A. (Org.). **Chile y la Guerra Fría global**. Santiago: RIL, 2014. p. 45-69.
- ASSUMPÇÃO, M. B. **A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)**. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/114409>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- AVILA, C. A batalha pelo Chile revisitada: um estudo com fontes brasileiras. **História Unisinos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 69-81, jan./abr. 2012.
- BANDEIRA, L. **A fórmula para o caos: a ascensão e queda de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. A conjuntura do pós-guerra na América Latina. In: _____. (Org). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. The impact of the Cold War on Latin America. In: LEFFLER, M.; PAINTER, D. **Origins of the Cold War: an international history**. 2 ed. New York: Routledge, 2005.
- BRANDS, H. **Latin America's Cold War**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, 2017a. Disponível em < <https://tinyurl.com/ya8nshw9>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- _____. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, 2017b. Disponível em < <https://tinyurl.com/ydbe7cex>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- BURNS, M. Ditadura tipo exportação: a ditadura brasileira e a queda de Salvador Allende. **História e Cultura**, Franca, v. 5, n. 3, p. 175-198, dez. 2016. Disponível em <<https://tinyurl.com/y8ffce8v>>. Acesso em> 10 dez. 2017.
- CASALS, M. “Chile en la encrucijada”: anticomunismo y propaganda en la “campana del terror” de las elecciones presidenciales de 1964. In: HARMER, T.; SEGOVIA, A. R. (Org). **Chile y la Guerra Fría global**. Santiago, 2014. p. 89-111.

CATERINA, G. Da Realpolitik aos direitos humanos: as relações dos Estados Unidos com o Brasil (1969-1978). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA – ANPUH-SP, 21., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas, 2012.

CERVO, A. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** São Paulo: Saraiva, 2007.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional: o poder Militar na América Latina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CRANDALL, B. **Hemispheric giants: the misunderstood history of U.S.-Brazilian relations.** Plymouth: Rowman & Littlefield, 2011.

CUSHMAN, R. Memorandum From the Acting Director of Central Intelligence (Cushman) to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger), Washington, December 29, 1971. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10.** Washington: United States Government Printing Office, 2009. Disponível em <<https://tinyurl.com/yame4khg>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

FERNANDES, A. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, Londrina, v. 2, n. 4, jul./dez. 2009a.

_____. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973).** 2009. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009b. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/17527>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GUIMARÃES, S. Prefácio: Cuba, Chile e Venezuela. In: BANDEIRA, L. **A fórmula para o caos: a ascensão e queda de Salvador Allende.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 17-28.

HALLIDAY, F. **Revolution and world politics: the rise and fall of the sixth great power.** Basingstoke: Macmillan Press, 1999.

HARMER, T. **Allende's Chile and the inter-American Cold War.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

_____. Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970-1975. **Cold War History**, London, v. 12, n. 4, p. 659-681, May 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybb3xq5n>>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. The Cold War in Latin America. In: KALIANOVSKY, A.; DAIGLE, C. (Org.). **The Routledge Handbook of the Cold War.** Abingdon: Routledge, 2014. p. 133-148.

_____. **The rules of the game: Allende's Chile, the United States and Cuba, 1970-1973.** 269 f. 2008. Thesis (PhD in International History) – Department of International History, London School of Economics, London, 2008.

HENRY, J. **The blood bankers: tales from the global underground economy.** New York: Four Walls Eight Windows, 2003.

HERSHBERG, J. The United States, Brazil, and the Cuban missile crisis, 1962 (Part I). **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 6, n. 3, p. 5-67, May/Aug. 2004.

HIRST, M. **Understanding Brazil-United States relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century.** Brasília: FUNAG, 2013.

KISSINGER, H. Memorandum for the President's File, Washington, December 7, 1971, 11:30 a.m. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10.** Washington: United States Government Printing Office, 2009a. Disponível em <<https://tinyurl.com/ycc4gnlf>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. Memorandum for the President's File, Washington, December 9, 1971. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10.** Washington: United States Government Printing Office, 2009b. Disponível em <<https://tinyurl.com/y95kzcd>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. Memorandum from the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Nixon, Washington, December 11, 1970. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10.** Washington: United States Government Printing Office, 2009c. Disponível em <<https://tinyurl.com/yd4qs5fc>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

KORNBLUH, P. Prólogo. In: BANDEIRA, L. **A fórmula para o caos: a ascensão e queda de Salvador Allende.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 29-33.

LATHAM, M. The Cold War in the Third World, 1963-1975. In: LEFFLER, M; WESTAD, O (Org.). **The Cambridge history of the Cold War: crisis and détente.** v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEFFLER, M.; PAINTER, D. **Origins of the Cold War: an international history.** 2nd ed. New York: Routledge, 2005.

MARQUES, T. **Militância política e solidariedades transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979).** 2011. 272 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/29583>> Acesso em: 15 jul. 2017.

McMAHON, R. **The Cold War: a very short introduction.** New York: Oxford University Press, 2003.

MIGUEL, L. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia de segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, n. 5, p. 50-56, 2002.

NACHMANOFF, A. Memorandum from Arnold Nachmanoff of the National Security Council Staff to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger), Washington, November 25, 1970. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972: documents on American republics, 1969-1972**, Volume E-10. Washington: United States Government Printing Office, 2009. Disponível em <<https://tinyurl.com/yawjqmk6>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PADRÓS, E. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. 434 f. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/6149>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

PADRÓS, E; SIMÕES, S. A ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. **Outros tempos**, São Luís, v. 10, n.16, p. 229-255, 2013.

PENNA FILHO, P. O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009. Disponível em <<https://tinyurl.com/yaxl6p9w>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PRADO, M. **A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reexternalização do conflito ideológico**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150369>>. Acesso em: 18 out. 2017.

QUADRAT, S. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

RICHARDSON, E. Memorandum from the Under Secretary of State (Richardson) to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger), Washington, December 5, 1969. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1976: foundations of foreign policy, 1969-1972**, Volume I. Washington: United States Government Printing Office, 2013. Disponível em <<https://tinyurl.com/yd6h7o3y>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SEGOVIA, A. La Guerra Fría en Chile: los intrincados nexos entre lo nacional y lo global. In: HARMER, T.; SEGOVIA, A. (Org.). **Chile y la Guerra Fría global**. Santiago, 2014. p. 11-43.

SPEKTOR, M. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

UNITED STATES. Department of State. Office of the Historian. **Historical documents**. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments>>. Acesso em: 15 de dez. de 2017.

_____. United States Senate. **Covert action in Chile (1963-1973)**: staff report of the select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. Washington: United States Printing Office, 1975. Disponível em <<https://tinyurl.com/ydd4ehse>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. National Security Council. Memorandum of Meeting, Washington, December 8, 1971, 5:15 p.m. In: _____. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972**: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10. Washington: United States Government Printing Office, 2009a. Disponível em <<https://tinyurl.com/yc5ncmq3>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. Senior Review Group. Brazil Program Analysis, Washington, November 1, 1969. In: _____. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972**: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10. Washington: United States Government Printing Office, 2009b. Disponível em <<https://tinyurl.com/ybjr9uzl>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. The White House. Memorandum of Meeting, Washington, December 14, 1970. In: _____. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972**: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10. Washington: United States Government Printing Office, 2009c. Disponível em <<https://tinyurl.com/ybnz3yfw>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

URIBE, A. **The black book of American intervention in Chile**. Boston: Beacon Press, 1975.

VAKY, V. Information Memorandum from the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Vaky) to Secretary of State Rogers, Washington, January 24, 1969. In: UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States, 1969-1972**: documents on American republics, 1969-1972, Volume E-10. Washington: United States Government Printing Office, 2009. Disponível em <<https://tinyurl.com/y8jvvydx>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

VALDÉS, J. **El terrorismo de Estado**: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur. Sacramento: Nueva Imagen, 1980.

VILLAÇA, M. Estados Unidos: “farol” e “polícia” da América Latina. In: MUNHOZ, S.; TEIXEIRA, F. (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos**: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011.

VIZENTINI, P. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2004.

WESTAD, O. **The global Cold War**: Third World interventions and the making of our times. New York: Cambridge University Press, 2005.